

**ATA DA 29ª REUNIÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA -
22/08/2012**

O Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia realizou no dia 22 de agosto de 2012, no Auditório da Uninove Vergueiro, Rua Vergueiro, 235, às 9h00, a sua vigésima nona reunião de trabalho, reunião conjunta com a 142ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, convocada com a seguinte pauta: 1) Aprovação da ata anterior; 2) Informe; 3) Apresentação sobre o “Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo” pelo Sr. Marcio Matheus, Presidente da AMLURB; 4) Encerramento.

[Apresentação sobre o “Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo”](#)

Segue transcrição da gravação realizada

Secretário Eduardo Jorge: Iniciamos a 142ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo. E também, a Reunião mensal do Comitê de Mudanças do Clima e Ecoeconomia, conforme previsto na lei climática municipal da Cidade de São Paulo, marcada aqui no Auditório cedido pela Uninove, gentilmente cedido pela Uninove, para ter um caráter o mais amplo possível de debate do tema do dia, previsto para esse dia. Como o quorum, tanto do Comitê de Mudanças Climáticas, quanto do Conselho Municipal do Meio Ambiente ainda está baixo, apesar da hora, a reunião foi marcada para as 9 horas, e, também como o quorum dos cidadãos em geral, entidades, associações, preocupadas com a questão dos resíduos, e segundo divulgado amplamente nos meios de comunicação, querendo participar e ouvir mais sobre o plano preparado pela Secretaria de Serviços, também é baixo; eu vou suspender a sessão por 15 minutos. Mas só para registrar que abrimos na hora. Suspenso por 15 minutos.

Vamos retomar a sessão, que tinha sido suspensa às 9 horas. Agora já há quorum, tanto do Comitê de Mudanças Climáticas. O Presidente do Comitê é o Secretário Bucalem, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. O Secretário do Comitê é o Volf da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Eu sou Presidente do Conselho Municipal, e a Helena é Coordenadora do Conselho Municipal. A Mary é Secretária Executiva. Então, voltando ao ponto quando nós falamos às 9 horas, essa é uma Sessão especial do Conselho Municipal do Meio Ambiente, conjunta com o Comitê de Mudanças Climáticas prevista na Lei Climática da Cidade de São Paulo, para continuarmos, na cidade de São Paulo, o processo de discussão, conhecimento, divulgação do Plano Municipal de Resíduos, preparado pela Secretaria de Serviços aqui convidada, para ser a expositora do tema. Passo a palavra para o Secretário Bucalem, para ver se o Comitê de Mudanças Climáticas quer, também, registrar alguma preliminar, antes de convidar o representante da Secretaria de Serviços, que vai fazer a exposição para nós.

Secretário Miguel Bucalem: Bom dia a todos. Na verdade, eu gostaria somente de agradecer ao Secretário Eduardo Jorge. Ele teve a idéia de fazer essa reunião conjunta, do CADES e do Comitê, para que os dois conheçam, simultaneamente, esse importante trabalho que foi desenvolvido pela Secretaria de Serviços, só enfatizar a oportunidade dessa reunião.

Secretário Eduardo Jorge: A Helena Magozo lembra que o expediente, antes da ordem do dia, tem a discussão e votação da ata da reunião anterior, que já foi divulgada e distribuída para os Conselheiros. Há quórum, eu pergunto aos Conselheiros que receberam essa ata, se têm alguma observação, algum acréscimo, alguma correção? Não. Então eu ponho em votação. Os Conselheiros que concordam com a transcrição feita pela equipe do Conselho Municipal do Meio Ambiente, por favor, permaneçam como estão. **A Ata da 31ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.**

Secretário Miguel Bucalem: Da mesma forma, foi distribuída a ata e eu pergunto se há, por parte do Comitê de Mudanças Climáticas, alguma observação. Não havendo, da mesma forma coloco em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então aprovada.

Secretário Eduardo Jorge: Você quer dar alguma informação, Volf? Então vamos deixar para depois da exposição. Porque o Volf fala que tem uma pessoa do Comitê de Mudanças Climáticas que quer fazer uma intervenção. No Conselho Municipal também têm pessoas que podem querer falar. Isso vai ficar para depois da exposição. Vamos adiante. Vamos à Ordem do Dia. Eu vou insistir que estão aqui tanto os integrantes do Comitê de Mudanças Climáticas, quanto os integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente, mas também, convidados, houve uma divulgação ampla pela imprensa, pelos meios de divulgação, qualquer cidadão, entidade, associação, ONG que se interessa por essa importantíssima questão dos resíduos na cidade de São Paulo. E todos eles, sejam membros do Comitê, do Conselho Municipal, ou cidadãos representantes de ONGs, vão ter, depois, o espaço de dirigir questões, sugestões, críticas, ao nosso representante da Secretaria de Serviços. Depois, nós vamos fazer uma lista de inscrição, quando terminar, para ter uma idéia da quantidade de intervenções e dividir o nosso tempo. Agradeço mais uma vez à Universidade, ao reitor que está aqui presente, Eduardo Storopoli. Após a inscrição, eu peço que vocês organizem uma primeira leva de pessoas interessadas em fazer intervenções, e de forma indiferenciada, se a pessoa é do Comitê, do Conselho, ou cidadão que compareceu, atendendo o convite feito pelos dois Comitês. Você quer falar mais alguma coisa?

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria também falar da presença da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que trouxe contribuições e está presente. A Presidência é do vereador Natalini. Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Falha minha. O vereador Gilberto Natalini é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, aonde também, essa questão foi discutida e ele está aqui, representando a Câmara Municipal.

Coordenadora Helena Magozo: Nós podemos já passar à Ordem do Dia, que é a Apresentação sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo, pelo senhor Márcio Mateus, Presidente da AMLURB, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Eu só queria dizer que essa apresentação pública faz parte da Resolução 148 do CADES, que ao lado de ter aprovado diretrizes ao Plano Municipal de Resíduo, vinculou também a apresentação do plano municipal de resíduos, quando ele tivesse sido elaborado. Então eu pediria a presença do senhor Márcio Mateus, por favor.

Márcio Mateus: Bom dia a todos. Bom dia à mesa, Secretário Eduardo Jorge, Secretário Miguel Bucalem, Secretário Volf, nosso Secretário Adjunto de Serviços, Doutor Aruntho, vereador Gilberto Natalini, todos os Conselheiros dos Conselhos. Estamos hoje com os senhores, aqui, para falar do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos. Me sinto muito confortável para falar pelo Plano.

Que o Plano é uma composição, uma construção coletiva, não é uma construção de AMLURB, não é uma construção individual. Há várias contribuições. Diversos órgãos de vários setores. E esse Plano foi consubstanciado, ele foi organizado em diversos níveis. A AMLURB deu a contribuição dela, porque ela é titular de Serviços. Na área de serviços, na área, especificamente, de resíduos sólidos. E ela tem isso, e faz esse trabalho, inclusive, integrado com as Subprefeituras, de forma a alcançar toda a cidade. Então eu só queria partir dessa premissa inicial, normalmente a pessoa se apresenta, então, colocamos, nós contribuimos. A AMLURB contribuiu com o Plano. Ela não é a elaboradora do Plano. A elaboradora do Plano é a municipalidade de São Paulo. O que a gente gostaria de falar? Inicialmente, quando você trabalha o Plano, muita gente duvidava que São Paulo apresentaria o seu Plano na época oportuna, dentro do prazo previsto. E São Paulo apresentou. Um Plano básico, que expressa o que a cidade de São Paulo vem fazendo há muito tempo. Nós somos hoje, pioneiros. Em muitas iniciativas no país, os nossos modelos acabam sendo copiados pelo país. Nós acabamos sempre servindo de referência para o país. A cidade de São Paulo, pela sua magnitude, pela inventividade do seu povo, pela inventividade das pessoas que compõem a coletividade da cidade. Então isso que a gente ia trazer inicialmente para os senhores, a questão do Plano. O Plano está estruturado, só para os senhores terem uma idéia, ele tem uma introdução básica, do que é o Plano, que ele está alinhado com a política nacional de resíduos, com a Lei Federal nº. 12.305, fala da responsabilidade compartilhada em termos de órgãos públicos, ou seja, administração pública. Fala da responsabilidade com os colaboradores privados. Todo mundo que entra, ou seja, a responsabilidade é compartilhada. A questão de resíduos é uma questão de todos. Não é questão de alguns. Estabelece as diretrizes e objetivos, e aí, aqui eu faço a minha referência ao CADES, a contribuição do CADES foi essencial. Nós integramos toda contribuição, todas as propostas do CADES ao Plano. A administração reconheceu o valor, reconheceu o trabalho. A legitimidade do trabalho e das propostas dos senhores, e a coerência das propostas. Isso que é o mais importante. E está consubstanciado integralmente, legitimamente, no Plano. Ou seja, ali não se mudou uma vírgula. Ali se recebeu a contribuição dos senhores integralmente, e isso é uma grande contribuição que o CADES deu para a cidade, mostrando que essa estrutura, ela é uma estrutura consciente, responsável e produtora. Outra questão que o Plano aborda, é a questão de resíduos. Daí essa classificação, ela está toda regulamentada. O que são os resíduos sólidos domiciliares e de varrição. Só para os senhores terem uma idéia, nós temos os resíduos sólidos domiciliares, que são objeto de coleta, e nós temos os resíduos de varrição, que são objeto de um serviço que é prestado, todos os dias, de limpeza, em toda a cidade. Então, São Paulo é 100% coleta e limpeza de ruas e logradouros. Resíduos da construção civil, que nós também fazemos. A Prefeitura, ela não faz diretamente, mas faz por meio de autorizatários, que são cadastrados. A Prefeitura organiza esse serviço. É um serviço exercido pela atividade privada, de forma autorizada e controlada pelo poder público municipal. Temos a questão de resíduos volumosos, que é outra questão também, grave, para a cidade, aqueles resíduos grandes que as pessoas fazem, quando elas têm que se desfazer daquele móvel velho, daquele colchão, está lá, resíduos volumosos, que elas vão para os Ecopontos, levar para os Ecopontos. O que fazer com isso? Muitas vezes a gente está passando na rua, vê um sofá descartado no meio da calçada. Um colchão no meio da calçada. Um móvel velho, madeira de obra, e aí vai. Também a cidade está dando opções para isso. Para minimizar esse tipo de ocorrência. Resíduo em serviço de saúde. São Paulo coleta os resíduos de serviço de saúde, de todos os estabelecimentos cadastrados, e nós queremos que seja mais. Que esse serviço seja 100%. E fiscalizamos para isso. Então, a responsabilidade pela salubridade pública, pela saúde pública, nos resíduos de serviço de coleta, São Paulo não abre mão, é exclusivo do município. Esse serviço não é delegado. É feito pela própria concessão. E esse serviço é prestado com seriedade. Como início, meio e fim. Vai buscar na

porta, vai levar, é tratado, é descontaminado, é esterilizado, e só ao final tem a destinação correta nos aterros. Resíduos provenientes do sistema de drenagem. A cidade, quando se limpa toda a nossa rede hídrica, para onde vão esses resíduos? Esses resíduos são coletados. Piscinões, bueiros, galerias, ramais, córregos, todo esse serviço gera uma quantidade absurda, e é sazonal. Normalmente, se faz esse trabalho muito grande no final do ano, antes da época das chuvas. Se faz uma grande limpeza de toda a rede hídrica da cidade. Resíduos especiais são aqueles resíduos que nós sabemos que são, pela sua característica, são altamente poluidores, trazem problemas graves para o meio ambiente. Os senhores conhecem tudo isso. Aí entra pilha, bateria, lâmpada fluorescente, óleos lubrificantes, óleos de uso culinário, pneus, embalagens de agrotóxicos, eletroeletrônicos, seus componentes. Também existe tratamento, e cada vez mais, à medida que esses setores vão sendo disciplinados, nós vamos melhorando também, a atuação do município em cima desses setores. Nós temos um diagnóstico da situação atual. Então nós mostramos a classificação e diagnosticamos. Ou seja, São Paulo pratica muita coisa. E isso está diagnosticado. E muita coisa boa. Que nem sempre, as pessoas conhecem. As pessoas não vêm. Existe uma figura, outro dia até a doutora Leda estava nos colocando. Ela falava assim: *“Ah, mãe, gozado, o lixo, à noite a gente coloca, ele some, ele desaparece.”* Parece a história do dentinho e da fada. Ele simplesmente, você põe lá fora e sumiu. Ninguém mais se preocupa com ele. Então São Paulo tem a coleta de resíduos domiciliares, de serviços de saúde. Como é que ele é feito, como é que ele é tratado. Tudo isso está no Plano. Está explicitado. Coleta de exposição dos resíduos de grandes geradores. Os senhores sabem também, o seguinte: a cidade tem um limite. Até 200 litros, seria considerado um pequeno gerador. Acima de 200 litros, seria um grande gerador. Isso é uma coisa que depois eu cito aqui, mas os senhores também poderiam nos ajudar muito a pensar. Quando nós estávamos vindo para cá, a gente encontrou, logo cedo, pela manhã, lixo na rua. Não é a pessoa de casa que colocou o lixo. O lixo dela já foi. É aquele comerciante que produz mais de 200 litros por dia, mas não quer assumir a sua responsabilidade poluidora. O poluidor pagador. E ele fraudava todos os dias, a limpeza pública da cidade. O que ele faz? Ele põe um pouquinho de lixo de manhã, na porta do outro, no canto, do lado de lá, para não demonstrar, ou não aparentar que ele produz mais de 200 litros por dia. Em grande parte, a fiscalização combate isso. Isso é uma situação que também nós estamos estudando, para reverter e acertar definitivamente essa questão. Tem a coleta dos resíduos serviços indivisíveis de limpeza. Também deixo aqui, claro, um conceito para os senhores, porque tem muita dificuldade, nem sempre as pessoas têm clareza para entender. Os serviços da cidade, eles são divididos assim: serviços divisíveis de limpeza e indivisíveis. Serviço divisível e indivisível de limpeza, ele é um conceito de natureza tributária. Por que ele é tributário? O divisível é aquele que eu posso saber quem produz o lixo, aonde ele produz e quanto ele produz. Então, eu posso medir a produção. O indivisível é aquilo que está na rua. Que ninguém sabe quem produziu. É aquele que todos passam, todos contribuem, e não dá para individualizar quem é o responsável. A não ser quando você pegue a conduta errônea, diretamente, para responsabilizar a pessoa por aquela postura irregular. Essa é a questão. Então esse conceito são serviços divisíveis e indivisíveis. Então, aquilo que é coletado nos lares, nos estabelecimentos, o senhor sabe quem é, quanto ele produz. Perfeito. A coleta dos domicílios residenciais, em tese, ou até mesmo aqueles comerciais que produzem até 200 litros, é feito na condição de serviços indivisíveis. Os grandes geradores têm que contratar coleta particular. Nós temos mais de 60 empresas, e ele tem que contratar essa empresa e pagar para essa empresa descartar, coletar, tratar e descartar, fazer a disposição adequada do seu resíduo. E para isso, ele tem que contratar empresa cadastrada em AMLURB, que sabe a empresa, tem todo o trabalho, pode fiscalizá-la, e saber, efetivamente, garantir que aquele resíduo vai ter a destinação final adequada. A coleta, o tratamento e a destinação final adequada. Esse é o processo. Mas muita gente quer deixar a conta...

Depois nós vamos falar, nós vamos abrir. Muita gente quer deixar toda a conta de suas responsabilidades, em vez de compartilhar, quer deixar toda sua responsabilidade que é compartilhada, com uma parte apenas. É compartilhada por você, Prefeitura. É assim que normalmente, o pessoal pensa a questão do resíduo. Mas vamos em frente. Eu só estou colocando aqui para a gente ir para frente, para a gente não se perder, que é muita coisa técnica, o Plano se explica. Nós vamos seguir isso aqui. Coleta de resíduos, serviços indivisíveis de limpeza urbana, então lá surge a dúvida, o grande gerador. E indivisíveis, é a varrição, que a gente fala. Vai varrer a rua, vai limpar túnel, vai limpar escadaria, vai capinar aquele mato que cresce junto à sarjeta, aquela areia que é depositada, que acaba se acumulando. A limpeza dos bueiros, hoje, está no serviço indivisível. Antigamente, o pessoal fazia assim: *“ah, mas o bueiro está entupido porque o varredor jogou a sujeira dentro do bueiro.”* Agora não. Agora está tudo junto. O serviço é um só. É da mesma família. Vocês brigam entre vocês. A responsabilidade é de vocês. Você varreu lá para dentro, não fez o serviço certo, você limpa. Isso aí, parece que não, é simples, mas uma guerra para conseguir uma mudança dessas. Uma guerra administrativa, uma guerra em termos de licitação, de interesses contrariados, para fazer uma mudança simples dessa daí. Em torno das estruturas que se fazia na limpeza. Hoje, nós limpamos, felizmente, a calha hídrica da cidade é limpa. Os pontos de alagamento. Tudo isso é monitorado, está dentro dos serviços novos e indivisíveis de limpeza. E esse serviço entra tudo, são 15 serviços diferentes. Animais mortos na rua, o que tiver; limpa. Essa foi a grande mudança que a área de serviços fez para a cidade. Conseguiu para a cidade. Uma grande vitória, que a gente pode dizer assim. Por que razão? Antigamente, nós tínhamos, na cidade, 5 empresas que faziam essa limpeza, essa varrição. Interessante, não é? Uma na zona norte, na zona sul, na zona centro, leste e oeste. E era um modelo chamado preço unitário. Eu varro a rua de manhã: *“mas passei lá. A rua está suja.”* *“Ah, mas já varri. Não. Mas já foi varrido.”* *“Mas está suja.”* *“Ah, então você vai fazer uma ordem de serviço para mim, eu vou lá, vou pagar de novo.”* Vai ter que pagar para fazer a limpeza. É mais ou menos, a dona de casa conhece bem isso. É a mesma coisa. A empregada falou: *“não, patroa sinto muito. Eu já limpei o quarto.”* *“Mas está sujo.”* *“Ah, não. A senhora vai ter que pagar separado. Eu já limpei. Já fiz minha parte.”* Essa era a verdade a cidade. Dava um problema, você demorava 8 dias para resolver o problema. Fazer a ordem de serviço, ele ver, ele atender, fora da rotina dele. Bonito. Pagava-se certo, e tinha-se um mau serviço. Hoje isso acabou. A cidade faz preço unitário, por preço global. É a tarefa, tem que manter a cidade limpa. E tem prazo para manter a cidade limpa. É assim: ele tem primeiro, obrigação de manter a cidade limpa. Se a cidade não estiver limpa, uma não conformidade. Ou seja, não está no nível A. Está sujo é nível B. Ele vai ter que retornar em um prazo, dependendo do tipo de serviço, para o nível A, que é o estado de limpeza. Se estiver crítico, esse prazo ainda é mais acelerado. Se ele não cumprir, ele é notificado, a não conformidade, ou seja, não está conforme. A obrigação dele é manter a cidade limpa. E se ele não cumprir no prazo, ele é punido. E, além disso, esse contrato tem uma novidade diferente, que é o controle social. Não basta apenas o controle da estrutura pública. Tem o controle da sociedade. Então as reclamações vão impactar o nível da remuneração do serviço. Tem as atestações, os SACs, todas aquelas reclamações, são contabilizadas, e podem impactar a remuneração do serviço. Se o serviço estiver ótimo, ele tem a remuneração ótima. Se o serviço estiver bom, ele vai ter a remuneração relativa a um bom serviço, mas não relativa ao nível ótimo. Se estiver regular, ao nível regular. E se ele ficar três meses seguidos em um mau serviço, ele perde o contrato. Ele autoriza a administração a fazer um novo contrato. O negócio muda. Se houver risco para o contrato, a empresa de dentro, começa a apertar a sua área operacional para fazer a coisa funcionar. É o controle social que não havia. Esse contrato traz essas novidades. E se Deus quiser, essa tem que ser uma linha. Que a sociedade, que é a destinatária do serviço, ela tem que ter, também,

o quê? Condição de participar no processo de avaliação do serviço. Esse contrato inova nessa questão. Estou trazendo alguma coisa simples para a cidade, mas é extremamente impactante. Hoje a gente chegou aqui: estava sujo aqui, tem que limpar. Problema seu. “Ah, mas está... Foi o cara.” “Não interessa. É problema seu. Você vai ter que limpar. Você recebe para isso. A cidade te contratou para isso, e você assumiu essa responsabilidade quando você veio para a cidade. Você já sabia qual era o desafio. Ninguém escondeu qual era sua responsabilidade. Cumpra. É assim que tem que fazer, senão... Aí nós ficávamos sempre naquele jogo de culpa. Jogo de culpa, jogo de culpa, jogo de culpa. Estamos superando isso, felizmente. A outra questão que nós temos é a questão dos resíduos sólidos recicláveis. Essa daí sempre gera problema. Questão do: *“olha, São Paulo não recicla. Não tem coleta seletiva.”* As críticas vêm, são abundantes nessa questão. Então eu vou citar aqui, eu vou até pedir, nós estamos aqui com a diretoria de gestão de serviços de AMLURB, o engenheiro Herbert, eu estou aqui com a Helena, que é supervisora de fiscalização de AMLURB, estou com o Valdecir, que é da nossa coleta seletiva e de educação, estou com o Vaz que é da nossa área de aterros sanitários, juntamente com a Michele. Estamos aqui. Então, quando o pessoal fala: *“olha, São Paulo não tem coleta. Coleta pouco.”* É uma crítica danada nisso aí. Então nós vamos começar a conversar um pouquinho mais. Nós vamos aprofundar essa discussão, mas eu posso falar para vocês o seguinte: São Paulo tem coleta seletiva, sim. Mas o programa de coleta seletiva da cidade não é um programa de universalização. Ou seja, hoje nós temos em São Paulo, cerca de 3 milhões e 400 mil domicílios. Todos são atendidos por serviços, na cidade. Todos os domicílios são atendidos pela Prefeitura de São Paulo. No bairro mais nobre, à comunidade mais carente, a Prefeitura está presente por meio da sua estrutura de serviços. A estrutura de serviços contratada. Nas comunidades mais carentes, onde não entra o caminhão de coleta, tem um caminhão menor. Se a via for mais estreita, vai o coletor contratado, muitas vezes, daquela própria comunidade, pega porta a porta, traz para os contêineres, e depois são levados. Toda comunidade de São Paulo tem coleta de lixo. Por mais humilde que seja. Nós alcançamos, efetivamente, 100% de atendimento. E priorizamos essas comunidades. Nessas comunidades, hoje, você não tem os vetores, são todos os dias. Os agentes ficam ali, de coleta. Nós fazemos, sempre, isso. Ah, nem sempre as condições ideais? Lógico. Ainda falta muito do ponto de vista da cidadania dessas pessoas. Mas a questão nossa, do serviço, fazemos. E são atendidos. Depois, nós, inclusive, estamos trazendo melhorias para isso aí, que nós vamos compartilhar com os senhores também. São Paulo é só isso. Nossos números, que ninguém tem: 17 mil quilômetros de via, 51 mil logradouros, e 3 milhões e 400 mil domicílios para serem atendidos, diariamente, porta a porta. Todos os dias. Ininterruptamente. Em todo lugar. A universalização dos serviços de limpeza, o acesso aos serviços de limpeza, que é um direito do cidadão e está consubstanciado em lei, é garantido pela Prefeitura de São Paulo. Há falhas? Há. Pode haver? Pode. Mas é pontual. Não é estrutural. Na questão desses recicláveis, hoje, nós contamos com 20 centrais de triagem, gostaríamos de ter uma central de triagem para cada subprefeitura. Isso, depois, nós vamos falar. O próprio CADES já detectou isso, fez uma proposta coerente, produtora, de que precisa ser revista a lei de zoneamento da cidade ali, de uso e ocupação do solo. É interessante que a lei de uso e ocupação do solo trava a própria administração de trazer soluções para ela própria. Inclusive, na questão da ecoeficiência. E os senhores detectaram muito isso, e fizeram essa proposição, que a lei de uso e ocupação do solo teria que ser revista para que a gente pudesse ter equipamentos de eco eficiência na cidade, para garantir a salubridade urbana. E isso mostrou, realmente, muita consciência da parte dos senhores, e é um gargalo para melhoria dos equipamentos públicos na área de limpeza, na área de salubridade urbana, na área na chamada salubridade ambiental, do ambiente urbano, aqui. Então nós precisamos rever isso aí. Você não acha mais área pública, hoje. Ou não acha área, porque São Paulo se urbanizou, o adensamento urbano

acabou com as áreas públicas, praticamente não existem mais. Já estão ocupadas. Aí, quando você quer ocupar, porque ela contraria a lei, porque está perto da residência, está perto disso, está perto daquilo, não pode estar perto daquilo, bom, então não tem... Está perto... E então, tem que tirar tudo de fora de São Paulo. Aí eu vou trazer problema para outro município. Aí começa um imbróglio. Que a gente herda esse imbróglio, e tem que administrar no dia a dia. Muitas vezes, as soluções legislativas que se busca dar para um aspecto, um tratamento ou encaminhamento que se dá, ele, às vezes, ele acaba trazendo óbice do ponto de vista da gestão. E a gente precisa melhorar, e os senhores perceberam isso com muita acuidade e propuseram essa mudança. Nós temos que trabalhar por ela. Depois nós temos a questão dos equipamentos públicos, aqui, dos aterros sanitários. São Paulo conta, praticamente, com 2 aterros. Ele tem o aterro da concessão, que é o CTL lá em São Mateus, hoje. Em funcionamento. Em operação. A cidade está dividida assim, para os senhores entenderem, a cidade está dividida em dois agrupamentos hoje. Para os senhores pensarem em limpeza da cidade, pense a cidade dividida. Um corte transversal naquele mapa nosso, deixando noroeste, norte, centro e zona oeste, e a área leste e sul da cidade. São Paulo está dividido assim. Um agrupamento noroeste, com 13 Subprefeituras, e um agrupamento sudeste, com 18 Subprefeituras. Na área de coleta, serviços indivisíveis, no agrupamento noroeste, nós temos a LOGA. A concessionária LOGA. Nos serviços indivisíveis, nós temos a Inova, para fazer a coleta, fazer a varrição, fazer todos os serviços. E no agrupamento sudeste, nós temos a ECOURBS para fazer a coleta, serviços divisíveis, e temos o consórcio SOMA para cuidar dos indivisíveis. Então, a cidade, hoje, ela está dividida em dois grandes agrupamentos. Nós falamos com quatro grandes atores para resolver os problemas da cidade. Só para os senhores terem uma idéia do que é essa estrutura. E depois, na concessão, nós temos o aterro. No agrupamento sudeste, nós temos esse aterro de São Mateus, que é o CTL – Central de Tratamento Leste. Deveríamos ter outro no município, para o agrupamento noroeste. Quando foi feita a licitação, estava previsto um lugar onde ia ser o aterro da cidade. Terminou a licitação, aquela área que era para ser o aterro foi transformada em Parque. E até agora, mais de 7 áreas foram apresentadas, e nenhuma área foi aprovada. Ou isso, aquilo, aquilo, e nenhuma área aprovada. Conclusão, nós estamos tendo que alugar um aterro, na divisa com São Paulo e Caieiras, para pegar o resíduo do agrupamento sudeste. Estou abrindo aqui. Essa é a realidade de São Paulo. Temos um aterro particular em São Paulo, que é o aterro CDR Pedreira. Na divisa com Guarulhos, bem na divisa, nós temos um outro, que recebe resíduos, normalmente do indivisível, junto com Caieiras também, da essências. Então a gente tem uma estrutura de aterros. A nossa divisão de aterros trabalha e opera os aterros que estão desativados. Monitora os aterros desativados, todo aquele passivo ambiental, tudo está conosco. Continua sob controle da administração municipal. Não tem nada abandonado, não. Alguns desativados estão produzindo gás, como já está no Plano. São aterros energéticos. Está se aproveitando a capacidade deles, de produção de gás, gerando, e estamos ainda. Pretendemos usar os próximos, todos que se tornem aterros energéticos. Essa é uma preocupação nossa, com esses aterros. Todos os bens da concessão são bens do município. São operados pelas concessionárias, e mesmo os investimentos que elas fazem, voltam para o município. Nada é das empresas. É tudo do município. A concessão é um meio para ela operar, para dar agilidade nos investimentos da estrutura, e depois esses bens voltam todos para o município. A reversibilidade desses bens. Inclusive, a prestação de conta agora, com a AMLURB, criada AMLURB, vai ter que demonstrar que os aterros deles são os meus aterros. Porque aquilo é nosso. Aquilo é público. Depois nós vamos verificar a questão dos resíduos de saúde, como eu falei. Hoje, nós temos cerca de 23 mil estabelecimentos que são coletados os resíduos, porta a porta. Grandes hospitais, até pequenas clínicas, são coletados. Poderíamos aí, chegar a um universo de quase 70 mil. Tem muita gente... Hoje está se flexibilizando, o pessoal ainda

resiste. O pessoal ainda resiste. Antigamente, os hospitais tinham incineradores próprios, acabou. Depois vinha para os incineradores da Prefeitura, aí acabaram os incineradores. E hoje nós fazemos esse trabalho com duas formas: ou fazemos o tratamento desses resíduos por eletrodesativação térmica, ou então fazemos por autoclavagem. Mas é tudo tratado. Nós precisamos fazer a inclusão, cada vez mais, dessas estruturas. E estamos nos aparelhando inclusive para isso, para poder expandir esse serviço à medida que nós vamos aperfeiçoando os mecanismos de controle, de identificação, daqueles estabelecimentos que estão gerando resíduos e não estão no sistema. Esse trabalho, nós estamos fazendo em conjunto com a Secretaria da Fazenda, cruzando dados, e forçar, cada vez mais, a inclusão desses geradores, pequenos e grandes geradores. Os grandes geradores, esses são fáceis. Mais é o pequeno gerador. Temos a questão dos resíduos, como nós falamos recicláveis e reutilizáveis. Eu vou abordar uma questão também, que muitas vezes é polêmica, que é a questão do modelo. Mas nós temos que tratar as questões. Se a sociedade não refletir, se nós não refletirmos, usarmos a reflexão em cima do que existe, a gente não prospera. Nós temos um grande carinho pelas nossas cooperativas. Está aqui o Valdecir... O Valdecir, na coleta seletiva, ele lida, ele trata com todas as cooperativas e catadores, que estão conveniados com a Prefeitura. Muita gente quer participar, mas é o seguinte: dentro do resíduo sólido domiciliar da coleta, nós temos uma coleta diferenciada. Ou seja, alguns estabelecimentos que fazem a segregação na origem, condomínios residenciais, eles fazem um tipo de uma inscrição, um contato com as concessionárias, viabilizam a estrutura para segregar, e têm o serviço de coleta. Hoje nós temos dos 96 distritos da cidade, 75 distritos atendidos, mas parcialmente. Muita gente quer que nós universalizemos a coleta seletiva. Mas você fala... E aí eu peço para os senhores, para os senhores refletirem. Os senhores são formadores de opinião. Coleta seletiva na cidade, para nós, no âmbito do contrato, ela chama-se coleta domiciliar diferenciada. O nome técnico dela é esse: coleta domiciliar diferenciada. Então, quando aproveitando o ensejo da coleta, do serviço universal de coleta, nós temos um programa. Vejam, é programa. Não é serviço universal. Por quê? Porque a idéia é falar assim: para não me exceder no adjetivo, é algo, no mínimo absurdo, querer que a Prefeitura responda por todo o material reciclável da cidade, produzido da cidade. Cadê a responsabilidade das cadeias produtivas em tudo isso? Vão jogar a conta, a responsabilidade compartilhada só no colo da Prefeitura? Eu recebo uma pressão enorme, porque é bom. Quando eu pegar tudo, aí alguém vai falar: *“não, eu vou te ajudar, viu, Prefeitura. Eu vou te ajudar. A minha empresa, nós aqui do setor, nós vamos ajudar vocês. Nós vamos dar um tostão lá para vocês. Vou ajudar um tostão. Vou montar um plano de incentivo, um programinha para ajudar vocês.”* Desculpa. Faz a sua obrigação de logística reversa daquilo que você produz. Depois, daí, eu vou dimensionar melhor, o que eu preciso para atender a cidade. Primeiro, a obrigação de quem produz que não tem nenhuma responsabilidade com a questão do pós-consumo. Ele precisa é ir atrás disso. Nós temos que exigir isso do setor produtivo, da cadeia produtiva. Senão não tem sentido a logística reversa. Vira uma logística perversa. É isso que estão tentando implantar em São Paulo. Eu apanho todos os dias, na mídia, sinto a pressão, por quê? É pressão econômica. É pressão dos meios econômicos, que querem que essa conta fique com o município. É simples. Lógico, socializa a questão, joga no município. Mas alguma coisa está andando, Secretário, Vereador. Uma grande cadeia de supermercados já está adotando algumas medidas diferentes de fazer toda a logística reversa, contratando profissional, na condição de grande gerador, para toda sua rede. Já começa a aparecer luz no fim do túnel, gente pensando, e não querendo se locupletar às custas da cidade. Socializar sua responsabilidade. Já está acontecendo. E nós estamos incentivando isso. Por que precisa passar tudo pela Prefeitura? Por que a Prefeitura tem que responder por tudo? É interessante. Por exemplo, eu sou obrigado hoje, só para os senhores terem uma idéia: pelo contrato de limpeza, cada rua da cidade tem direito a um cata-bagulho

três vezes por ano. Espera aí, eu estou catando bagulho de quem? É da cadeia produtiva. O que eu pego no cata-bagulho? Móvel velho. A indústria moveleira, para ela está bom. Não tem nenhuma responsabilidade com isso. Problema da Prefeitura. Eu estou dizendo isso, para a gente começar a pensar o que a gente quer. Se a sociedade entender que deve ficar com a Prefeitura, a gente tem que entender o que cada um participa disso. O cara pega a geladeira velha dele, e joga lá. É isso? Joga lá. Pega o seu colchão velho, joga para nós. E nós vamos ter que dar um fim nisso. E vamos jogar aonde? Que estrutura que faz isso? Nós temos uma: eletroeletrônicos. Ele vai lá, descarta tudo. Fica no colo da Prefeitura. E a cadeia produtiva está à vontade nesse processo. Nós vamos lutar para isso. Que a cadeia produtiva exerça sua responsabilidade no processo. Aí fica fácil. E eu fico com o mico na mão. Aí ficam reclamando. E ainda reclama que não está bom o serviço. Ainda vem com ares de feitor em cima do poder público. Estou colocando com realidade, o que nós temos que tratar disso. Senão, a plateia aqui é qualificada, eu me sinto tranquilo de falar o que eu estou falando aqui. Depois a gente vai... É questão também, de... Estou fazendo o possível. Outra questão também, que me chama a atenção. Nós vamos falar, quando pegaram a questão do resíduo, eu vou simplificar resíduos para os senhores. Muita gente mistificando. Está cheio de “residuólogo” complicando a questão. Inteligência é transformar coisa complexa em coisa simples. E tem muita gente complicando o que é simples. Questão de eletroeletrônicos e seus componentes, São Paulo tem uma cooperativa que faz isso. E faz isso muito bem. Trabalha muito bem com isso. É a COOPERMITI, ali na Barra Funda. Nós temos na questão de tratamento de resíduos radioativos, no nosso sistema de coleta, onde, normalmente, têm resíduos radioativos? Mais no meio de saúde. Inclusive, o pessoal trabalha com contador geiger, para verificar níveis de radiação, já no local de coleta. Isso é feito. São Paulo faz isso. Isso está aí, está documentado no plano inclusive. Inclusive com foto. Com atuação. Ali, com gente ali, trabalhando no dia a dia. Não foi montado para o plano. É o dia a dia do trabalho. Resíduos de portos e aeroportos. Nós recolhemos como se fosse resíduo de saúde. As empresas trabalham também, com isso. Resíduos sólidos cemiteriais, fazemos serviço funerário também trabalha, tem plano de resíduo para isso aí. São coisas que ninguém entende, mas São Paulo tem. Aproveitamento. E aí, nós temos o quê? Um prognóstico da situação futura. Eu vou pedir, Davi, para a gente ir para aquela outra tela, e a gente mostrar a estrutura do lixo. Agora, nós vamos partir do lixo para o resto para ficar mais fácil, e a gente cortar caminho. Eu só montei a estrutura. Depois nós vamos falar do que nós temos para fazer aí, nós voltamos ao prognóstico, em termos de futuro, o que nós vamos fazer, o que a cidade pretende fazer. Muita gente tem reclamado: *“ah, o plano. Esse plano é vago.”* Vocês viram alguns setores falarem que o plano é vago, que não tem meta. Tem meta, sim. Só que quando foi fixado o Plano Nacional de Resíduos, a Política Nacional de Resíduos, ela criou uma meta genérica. Ela não negociou com ninguém. Ninguém negociou conosco, ninguém negociou com o município. Ninguém procurou a área, o município e falou: *“olha, é isso. Eu vou dar tanto para você. Quanto você precisa?”* Isso vai começar agora. Como eu vou estabelecer meta... Quem estabelece meta tem que negociar. Você estabeleceu meta para o outro, em tese, você vai ter que negociar com ele, e garantir os recursos para ele cumprir a meta. Senão, ele tem que seguir com aquilo que ele tem. Isso é o que eu aprendi em gestão. Isso é básico em gestão. Aí de repente, como eu vou fixar meta? Outra, estou trocando, tem um plano plurianual, vai até 2013, 2014. Ninguém levou em consideração o plano plurianual dos municípios. Como você faz isso? Vou estabelecer meta em cima do quê, se eu não tenho nenhuma garantia de recurso. Agora, nós estamos buscando implementar as medidas, para atingir a meta genérica. E se for necessário, nós vamos cobrar recursos, sim, para viabilizar essa meta. Mas não me escravizar com uma meta que eu não tenho a mínima garantia que vão prover os recursos necessários para sua concepção. Desculpa, eu acho isso uma temeridade, do ponto de vista da gestão. E aí, fica todo mundo querendo saber, o setor produtivo,

o setor econômico. *“Olha, não tem meta? Mas eu queria isso...”* Porque ele quer que você feche o contrato para garantir a prosperidade dele. Não o bem comum. Nós temos no plano, uma análise gravimétrica, mas eu quero aquela análise geral. Quando a gente pensar resíduo, pensa na fórmula 60-20-20. Daí, você começa a pensar alguma coisa clara. 60-20-20. 100% de resíduo sólido domiciliar. A fórmula 60-20-20. A partir daí, você modula. Mas pensa 60-20-20, de novo, 60-20-20 é o seguinte: 60% dos resíduos sólidos, domiciliares, são resíduos orgânicos. Permeado com 10% de interferentes. Isso pode ir para mais ou para menos. Eu estou falando genericamente, basicamente é isto. Obviamente que, na hora que você vá à pura gravimetria, a gravimetria, ela vai dar outros dados mais aprofundados. Mas é isso. Orgânico com 10% de interferentes. Então, na realidade, sobra 50%. São Paulo produz, diariamente, 10 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares. Diariamente. Nós temos alguns estudos que apontam que boa parte disso não é domiciliar. É de grande gerador. Uma parte significativamente, significativa, ou seja, tem muita gente que deveria estar contratando sua coleta particular, desonerando o poder público, e está onerando o poder público nessa questão de resíduo domiciliar. Eu não vou citar números aqui, mas é alguma coisa bem significativa, de mais de 30%. Mas nós temos aí, nós temos isso. Outros, desse total de 100%, 20, já nascem rejeito. Aí o cara fala: “rejeito?” Aí tem um monte de gente: *“olha, não pode isso, não pode aproveitar por causa do reciclável...”* Espera aí. Já nasce rejeito. O que é que você faz com fralda descartável, absorvente íntimo e papel higiênico? Papel absorvente de gordura, sacos contaminados com gordura. O que é que você faz com isso? Qual o aproveitamento que se dá para isso? Já nasce rejeito. As pessoas, naturalmente, na sua noção de higiene caseira, elas já separam isso. Nós já separamos isso. Nós já segregamos isso, por hábito de higiene doméstica. Ou não? Já está segregado. Nasce rejeito. Aí você tem mais alguma outra coisa, que é restos, isopor, resto de borracha, aqueles isopores, hoje, que tem muita embalagem contaminada, que vêm com carnes, que vêm com frios, que vêm com uma série de coisas que já vêm contaminada, cujo aproveitamento é inviável. E depois você tem, em termos de recicláveis, 20%. São Paulo só coleta 1,7%. Conversa. Isso é conversa. Isso é argumento para deturpar a administração, o serviço público executado. Não é 1,7%, não. Dá mais de 9%, dos 20%. Mas na realidade, seria mais. Por quê? Porque, na realidade, 8%, potencialmente, dos 20% potencialmente recicláveis, não interessam à cadeia da reciclagem. Ele é potencialmente reciclável, mas não interessa. O que é reciclável, quem diz o que é reciclável, não sou eu, de fora. É quem recicla. É a cadeia produtiva que diz que é reciclável. E aí, você fica com o mico na mão. 20%. 20% potencialmente. Em tese. Mas na prática, é 12%. Eu estou quebrando algumas coisas aqui, para a gente aprofundar a reflexão em cima disso, e não se deixar enganar por argumento de ocasião, por coisas que se fala sem fundamentação técnica, sem fundamentação fática nenhuma. Mas é isso que acontece. E aí, todo mundo bate. Bate pesado. Como gostam de bater. Mas aí, verifica o que é. Vou citar mais nessa questão aqui. Todo mundo reclama de São Paulo, A sociedade de São Paulo, a Secretaria de Serviços, o município de São Paulo quer expandir a coleta seletiva, sim. A população de São Paulo já está preparada para segregar na origem. Aí eu preciso... Eu tenho um modelo monopolista, que eu tenho que passar esse modelo via cooperativa de catadores. Ótimo. Não atende, as 20, as 20, o que eu produzo, ela não consegue dar conta. É falta de equipamento, é falta disso, é falta daquilo, mas não dá conta. Eu sei. A gente conhece. A gente sabe que é difícil, é isso mesmo. É por aí. Aí eu vou colocar para os senhores, nós temos essa questão. As cooperativas são importantes? Importantíssimas. Nós temos um carinho enorme por elas. Lutamos por elas. Queremos expandir, queremos a estrutura. Mas é muito resíduo reciclável. Eu estou colocando para os senhores, mesmo com isso aqui, é muito resíduo. Temos dificuldade. O mercado, muitas vezes, não consegue dar conta. Nós temos momentos que são sazonais. Nós temos momentos sazonais. Chega fim de ano, o mercado está “bombando” de resíduos. Toda produção para o fim do ano já foi entregue, é comercializada no

final do ano. Está “bombando” de produtos recicláveis. Chega no fim do ano, a indústria, de uma certa forma, depois, se retrai, e nós ficamos com os resíduos. Para onde leva? Então, percebem? Você precisa ter uma cadeia muito bem montada, muito bem estruturada na origem, no meio e no fim. Que é a indústria recicladora. Ela pega, ela entra... Ela para, não compra. As cooperativas ficam com o resíduo, e muitas das cooperativas também, elas não ficam só restritas à coleta domiciliar. Ela vai buscar o que é melhor para ela, ela é autogestionária. E ela vai buscar. Muitas vezes, ela pega direto de um grande gerador. Ela pega em um grande gerador. Pega de um grande gerador, ela fica abarrotada de resíduos de grande gerador. Na hora que eu chego com o resíduo domiciliar, ela tem dificuldade para receber isso. Aí o caminhão fica sem ter onde entregar. Aí nós temos que arrumar lugares para mandar excedentes. Esse é o dia a dia da questão da coleta. Eu quero entrar em uma pauta de reflexão. O modelo é bom? É bom. Queremos coleta seletiva? Queremos. Queremos a cooperativa de catadores? É o que eu mais quero. Quero e estamos lutando para melhoria. Para qualificação, para ter nível, bom trabalho, ô, se queremos. Pode ter certeza disso. E vamos fazer. Mas vamos fazer, abstrair da responsabilidade de todos os outros, naquilo que é responsabilidade da Prefeitura. Naquilo que é atender o cidadão da cidade. Grande gerador? Ele tem que cuidar do que é dele. A responsabilidade do poluidor pagador. A cadeia produtiva? Responsabilidade dela. E aquilo que for efetivo do domiciliar, do residencial, nós vamos processar via centrais de triagem, operadas por cooperativas, que nós temos. Pretendemos expandir, está em expansão, também temos dificuldades com área, não temos área para colocar. A lei de zoneamento dificulta. Eu tenho 17 centrais para implantar. O investimento está pago. É só implantar. Aonde? Não acha área para implantar. Estamos desapropriando 7 áreas, é isso, Valdecir? Estamos fazendo 7 áreas que atendem os requisitos da lei de ocupação do solo. Sou obrigado a desapropriar. Lutando contra proprietários para tirar a área dele, para dar essa área para a coletividade. Para poder fazer, para poder instalar... Alguma coisa está errada. Aí você pede para o pessoal, mas eles falam: “aluga um galpão.” Aonde? A zona não permite. Várias cooperativas vêm nos procurar, e a gente quer. Esbarra nessa dificuldade. Não acha galpão. A rua precisa ter mais de 16 metros. Precisa ter isso. Precisa ter aquilo. Tudo bem. E aí? *“Ah, mas não pode ser perto do rio.”* Não pode, não pode, então não pode. São Paulo poderia estar tranquilamente hoje, com tranquilidade, com cerca de 35 centrais de triagem funcionando bem. Operada por cooperativa de catadores. Então tem investimento, e aí tem razão, precisamos melhorar equipamento, precisa melhorar a capacitação. Precisa melhorar a destinação. Precisa melhorar a segregação. A forma de levar. Precisa melhorar a estrutura, a rede. Precisa melhorar o mercado. Precisa incentivar o mercado, a reciclagem. Aí, temos que entrar na política. Tem a reutilização, precisamos repensar esse modelo que produz uma quantidade absurda de recicláveis, por isso que tem a reutilização. Eu lembro de uma casa, eu sempre cito o exemplo da minha casa com 7 pessoas. Eu tenho uma lata de 20 litros. Uma lata de 20 litros pegava o resíduo de toda minha família. Acho que os mais antigos aqui vivenciavam isso. A manteiga vinha aonde? Vinha embalada em papel. O leite vinha em litro retornável. Não vinha em caixinha. Não tinha plástico. Plástico era luxo, de certa forma. Vinha tudo embrulhado em papel. Óleo, você ia, comprava nas bombas, na feira. Levava o litro. Tudo já era praticado. Tudo bem. Tem a questão da higiene, a questão sanitária, melhorou. Tudo certo. Mas há muita evolução. Há muita evolução que precisa ser feita, precisa ser repensada. Não é saudosismo não. E aí nós vamos para frente. Então, só estou colocando essa questão, para a gente entender do resíduo e ir para frente. Tem muita polêmica aqui? Tem muito ponto de vista discordante? Tem. Mas nós estamos aqui para estimular a reflexão. Eu não estou fazendo discurso do que é certo, do que é errado. Eu estou refletindo. Estou refletindo junto com um público qualificado, para a gente chegar a um denominador comum, melhor para todos nós. Todos nós somos moradores e destinatários desse serviço aqui. Somos moradores da cidade.

Coordenadora Helena Magozo: Márcio. Uma sugestão nossa. Que você sintetize a apresentação, para depois a gente dar a possibilidade para participação da platéia.

Márcio Mateus: Mas eu estou tocando agora, para instigar mesmo.

Coordenadora Helena Magozo: Está instigando.

Márcio Mateus: Eu vou instigar, e eu sei vai vir forte. Mas é para instigar mesmo. Aí a gente conversa.

Coordenadora Helena Magozo: Certo. Obrigada.

Márcio Mateus: Obrigado. Eu que agradeço. Olha quem quiser detalhado mais, a gravimetria, tem aí, está no plano. O valor médio do mix de reciclável hoje, isso é médio. Pode ser em um lugar, aí vem: *“mas não é isso, aquilo...”* Médio apurado, é 350 um mix de reciclável: papel, papelão, vidro? O médio é a tonelada. Atualmente, os recicláveis de maior valor são o pet e o alumínio. A aplicação do pet na área de tecidos, na área têxtil, valorizou o pet barbaridade. Daqui a pouco, nós não vamos ver pet, aí. Chegou até momento de ter que importar pet. Então é um bom sinal. Na área de tecidos também, o Sinditêxtil, ele não tinha nem noção do dinheiro que eles tinham na área de aparas de tecido. Aí eles foram ver, Minas Gerais importava apara de tecido. O Nordeste importava apara de tecidos. Ainda, o pessoal pensa na questão de resíduos, só como despesa. Não pensa como investimento, como melhoria, como insumo. Precisa melhorar a cultura. Precisa desenvolver a cultura. Inclusive dos setores produtivos. Há muita resistência em relação a isso. Só para os senhores terem uma idéia. Aí nós temos o custo médio da separação mecanizada, de 50 a tonelada, e a de triagem é 400, a manual. Hoje, eu gostaria justamente de ter isso, uma forte mecanização nas centrais. Fazer investimento em mecanização das centrais, para melhorar a produção dela. Esse é o objetivo que nós vamos perseguir. Para que as centrais sejam extremamente produtivas. E nós temos que colocar a cadeia produtiva, fazer essa integração melhor, no que nos cabe. Por volta dos 25% dos resíduos sólidos recicláveis, sem valor econômico ou condição de retorno, pode se transformar em combustível, pode se transformar em diversas formas, aí. Que é aquilo que eu falei que já nasce rejeito. A questão do orgânico, só para a gente ter uma idéia, o vereador Natalini fez um evento, que é a questão da compostagem na cidade, e aí eu digo para os senhores: todos nós sonhamos. E quando eu vejo aquela montanha, quando você vai no aterro, quando você vai no transbordo, você olha aquela quantidade de lixo, aquele monte de coisa, você fala: “Deus...” A gente olha o outro lado nosso, e existem algumas luzes no fim do túnel. Uma delas é a compostagem. Eu vou mostrar uma coisa para os senhores, eu preciso mostrar aquele livro, se alguém quiser entender um pouquinho... Eu deixo a consideração dos senhores, não sou vendedor de livro, não. Esse livro aqui foi feito pelo Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana, com apoio do nosso acervo de AMLURB. Eles vieram com uma equipe de pesquisadores, consultaram nosso acervo de AMLURB, resgataram a história. Se os senhores quiserem a história do resíduo sólido domiciliar da cidade, concreta, correta, técnica, bem moldada, está aqui. “Limpeza Urbana na Cidade de São Paulo”. É uma obra do SELUR (Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana). Não é uma obra para venda. Eles vão disponibilizar para órgãos que quiserem. Os senhores vão conhecer. São Paulo já teve tudo. Desde o início do século. Já teve compostagem, vereador. Tinha as chamadas usinas himerméticas, que eram realizadas. Aqui está toda história do que São Paulo já fez das idas e vindas da questão do lixo ao longo de todos os anos. Para quê? Para que a gente conheça o que aconteceu, para que a gente revise o passado, e sem ter noção do que ocorreu, e porque deixou de ocorrer, a gente não volte a repetir erros. A gente possa avançar com segurança. No caminho certo. Estou trazendo aqui. É uma contribuição.

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: Que eu conheça, não. Eles só fizeram a parte impressa. Está certo? É o SELUR – Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana. Foi feito aqui. É uma obra, é um relato muito bom, para quem quiser conhecer o que é a história da limpeza urbana na cidade. E aí, nós vamos colocar para os senhores, essa questão aí: orgânico biomecanização. Pensem: 10 mil toneladas. 50% passível de compostagem. Se você fizer o processo de compostagem, tal, você pega 40% de 5000, você vai ter umas 2 mil toneladas/dia, de composto. Coloca aonde? Qual a garantia que não esteja contaminada? Eu não estou na residência da pessoa, para saber se o nível se tem contaminação ou não. Aí nós temos uma série de questões para a gente perguntar. Para a gente sair do simplismo nessa questão. E o Vereador Natalini, ele foi muito feliz na abordagem que a Câmara deu a ele, à equipe dele, eles fizeram uma abordagem muito feliz. Compostagem doméstica, compostagem institucional, compostagem empresarial, e aí vai. Hoje, nós estamos pesquisando, não posso falar, não posso garantir o pessoal lá corre, na hora que a gente aperta, a turma corre. Mas existem hoje, composteiras que aceleram o processo. Existe tecnologia, se Deus quiser, que nós não vamos precisar mais jogar todo esse lixo na rua. A pessoa, com equipamento dentro de casa, pode fazer a compostagem doméstica em casa. Toda essa gama de 50%, a gente já possa reduzir, de certa forma, na origem, em quase 90%. Estamos estudando. Estamos pesquisando. Estamos vendo alternativas, tecnologia. Tem muita tecnologia desenvolvida nessa área. Nós temos que buscar o que interessa para a cidade. Para a gente parar com esses volumes, o passeio, eu falo o “lixo tour”. Leva para lá, leva para cá. Caminhão pega, leva... Quem sabe, há novas soluções para a cidade, com tecnologia agregada. A biomecanização é a que está prevista. A gente gostaria de usar no próprio aterro, a biomecanização. Produz gás, e ao final, sobra um composto de 40% de excelente qualidade. Compostagem. Diversos processos de compostagem. Só para os senhores terem uma idéia. Então, tem muita coisa, gente, na área de resíduo. Eu agradeço a paciência, mas eu quis instigar os senhores, mesmo. Que aqui, eu sei que têm pensadores na área, tem gente que trabalha, e vamos para o questionamento. Não tem a pretensão nenhuma de ser dono da verdade. Eu estou mostrando a minha realidade. Por favor, a realidade do dia a dia de quem opera e vive sob a pressão do dia a dia, de 20 mil toneladas de resíduos. Muito obrigado.

Secretário Eduardo Jorge: Obrigado. Os Conselhos deram uma hora para o Presidente da AMLURB, falar. Começamos às 09:30 horas, estamos terminando às 10:30 horas. E há uma orientação, os Conselhos nunca passam de meio-dia, porque há outros trabalhos. Tanto da Sociedade Civil, quanto da Prefeitura, do Governo do Estado etc. a fazer. Então a nossa norma é ir até meio-dia. Assim, obrigado novamente. Desculpe a Secretaria ter interrompido a sua exposição. Porque quem leu as dezenas e dezenas de páginas do Diário Oficial, eu li. Sabe que existem muito mais coisas que vocês poderiam falar aqui. Mas essa discussão nossa não encerra hoje. Continua muito tempo. Então, já foi uma boa introdução à discussão. Agora, nós vamos passar à segunda fase. E eu pergunto a nosso pessoal da organização, quantas pessoas já estão inscritas. Para dividirmos o tempo de forma racional, e chegarmos ao meio-dia. Quantas pessoas? Onze pessoas se inscreveram aqui, com a Mary. Eu pergunto então, para dividir o tempo e planejarmos, se mais algumas pessoas querem se inscrever. Então nós vamos encerrar as inscrições, para poder ele ter tempo de comentar, rápido. Vão ser intervenções breves, nossas, e ele vai anotar em blocos e vai comentá-las. Então, por favor. Esta é a fase de inscrições com a Mary. Venham aqui se inscrever, para ter uma noção de quantas pessoas vão fazer as intervenções.

Coordenadora Helena Magozo: Chamando as pessoas que já estão inscritas aqui, aqui com o Airan, por favor. Primeira pessoa inscrita é a Cristina Esposito. Por favor.

Secretário Eduardo Jorge: Nós vamos fazer em bloco de cinco pessoas. Então as cinco primeiras podem ficar aqui, já, posicionadas. O Presidente da AMLURB vai anotando, tem papel para ele aqui, reciclado, para ele ir escrevendo aqui. E ele vai anotando, para depois comentar. Podem chegar, por favor, as 5 primeiras pessoas. E depois nós vamos fazer o cômputo geral. Porque aí, as pessoas que vão intervir, têm que ter essa noção. Eu mesmo estou inscrito também. E gostaria de falar, no mínimo, meia-hora, no mínimo. Mas não é possível. Então, nós, que estamos inscritos, temos que ter essa noção, para poder chegarmos a ter um processo de participação, que eu insisto, não é hoje somente. O Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Comitê de Mudanças Climáticas vão continuar discutindo esse assunto, que é um dos mais importantes assuntos, na questão climática, aquecimento global e urbanismo, de governo, em uma nossa cidade. Mas nós vamos ter que ter essa noção. Vamos fazer intervenções compatíveis com o desejo de tanta participação.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou chamar os cinco primeiros.

Secretário Eduardo Jorge: Não. Primeiro vamos ter a noção de quantos estão inscritos para poder encerrar e dividir o tempo. A democracia participativa tem que ter organização. Ao vivo você vai anotando depois você comenta. Vamos ver quantos estão inscritos.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou pedir para os cinco primeiros, depois a gente vê a questão do tempo: a Cristina, o Ângelo Iervolino, a Patrícia Blaus, a Gina Rispah, e a Indalécia Escudeiro.

Secretário Eduardo Jorge: Pronto, Mary? Quantas pessoas inscritas?

Coordenadora Helena Magozo: 20 pessoas inscritas.

Secretário Eduardo Jorge: Bom, está encerrado.

Coordenadora Helena Magozo: 21 pessoas inscritas.

Secretário Eduardo Jorge: Então está encerrado com a 21ª inscrita. Então, por favor, entendam e me desculpem, mas eu encerrei as inscrições. Por essa reunião. Pode haver muitas outras. Então, veja doutor Márcio e amigos que estão inscritos. Nós temos 21 pessoas inscritas. E nós vamos até meio-dia. Então eu peço, por favor, que as pessoas que estão inscritas tenham compreensão com os outros que querem falar também, para ouvir, ter a mínima chance de ouvir alguma resposta, e vamos procurar ser sintéticos. Eu não vou aqui, estabelecer um, dois, três, cinco minutos. Vou deixar, pelo menos, nessa primeira rodada, a critério de vocês, do bom-senso de vocês. E depois nós vamos avaliar. São 21 inscrições e 21 comentários, num tema tão importante como esse. Então, por favor, vamos imaginar isso, não é nem a primeira, nem a última discussão em relação a esse assunto. Diante dessa vontade de participação, nós podemos programar outras reuniões pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e pelo Comitê de Mudanças Climáticas para discutir esse assunto. Então, vamos às discussões. Vamos fazer as exposições, por favor.

Cons. Cristina Esposito: Bom dia a todos. Parabenizo...

Secretário Eduardo Jorge: Só um minuto. Como isso vai ser gravado, e isso vira uma ata, é tudo gravado, tem que dizer o nome e se quiser, alguma entidade pode anunciar, por favor. Para facilitar a gravação.

Cons. Cristina Esposito:: Bom dia a todos. Parabenizo a exposição. Maria Cristina Reali Esposito, representando a OAB de São Paulo. Eu venho aqui dizer que, com relação ao artigo 225 da Constituição, ela diz sobre a responsabilidade do estado e da sociedade, com relação ao Meio Ambiente. Obviamente, aos resíduos sólidos. Parabenizo também, à Câmara Técnica, àqueles idealizadores da gestão de resíduos sólidos, oportunidade essa, que tive que participar. Estou correndo

aqui, por conta da grande quantidade. Então, na Constituição, ela já prevê o quê? Aquele princípio do poluidor pagador. Ou seja, mas o Estado, o poder público não pode se eximir disso. Até brilhante sua exposição, mas assim, o estado, ele também faz parte dessa obrigação compartilhada, prevista na política nacional de resíduos sólidos. Agora, eu trago um case que eu achei interessante, que é a Resolução 258 do CONAMA. Que dispõe sobre a destinação final dos pneus inservíveis. Eu participei, até, naquela época da Resolução 258 lá no Ministério do Meio Ambiente. Eu vi assim, que é um case do fabricante, é um segmento menor, mas que teve um certo êxito. Por quê? Impôs ao poluidor pagador exatamente a coleta, a reciclagem e a destinação final desse resíduo. Trago isso como lembrança e sugestão. Será que não poderíamos implantar isso? E também outra sugestão: acho que cabe ao estado incentivar, eu, como além de advogada, também docente, incentivar projetos científicos para que dê uma destinação final a determinados rejeitos e resíduos, que hoje não se tem, cientificamente, uma destinação final. Obrigada.

Cons. Ângelo: Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste. Primeiramente, eu queria, em nome da senhora Delaine Romano, ela mandou pedir desculpa, mas ela tinha um compromisso em Sorocaba. Ela foi a presidente da Comissão Especial. Pela fala do senhor Márcio Mateus, a questão: será que é questão do zoneamento, ou da classificação, o que é coleta seletiva? Será que haveria necessidade da coleta seletiva ser jogada para o NR3? Segundo, quem compra material, os atravessadores, eles compram os mesmos materiais que são aplicados nas cooperativas. E eles estão nas grandes avenidas, em qualquer lugar. Certo? E sobre eles, não tem essa fiscalização. Eles comercializam, normalmente, enquanto os catadores, para formar uma cooperativa, têm de ser do NR3. A questão da coleta seletiva... Eu trabalho há mais de 15 anos com um grupo de catadores, na zona Leste, junto com o SESC Itaquera, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, e, olha, tem muitos lugares que não tem coleta seletiva, oficial, e muito lugar que têm, são com caminhões compactadores, que têm, no seu retorno, de 50 a 60% de rejeito. Isso daí, já conversamos diretamente com a LIMPURB, a questão de modificar esse caminhão. Na época, falaram que no contrato com as concessionárias não admita o uso de outros caminhões. E na questão, nós, da Zona Leste, tivemos o aterro Sapopemba, aterro São Mateus, o aterro São João, e agora, o CTL. Até quando a gente vai ter de dispor de áreas tão nobres como foi essa, ocupada pelo CTL, para se fazer o aterro? Eu teria outras coisas, mas eu acho que os companheiros têm o mesmo pensamento que o meu. Obrigado.

Patrícia Blauth: Bom dia. Bom, eu sou Patrícia, eu estou aqui representando um grupo recém criado, criado em maio, que se chama Grupo Pró-viabilização da Compostagem na Cidade de São Paulo. Então, esse grupo é formado por representantes de pelo menos 12 entidades, o que me dá o direito aqui, de falar 12 vezes o tempo, para não correr. E eu tenho aqui, inclusive, um documento que a gente vai protocolar junto aqui, ao CADES, com várias propostas para esse Plano. Só para deixar claro, a gente está insistindo na compostagem, claro, ela já é citada na política nacional, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, mas tem um parágrafo que a gente destacou, de um manual do Ministério do Meio Ambiente, de orientação para elaboração dos planos municipais, que diz o seguinte: "A adoção da compostagem pelos municípios, é uma imposição legal, e não mais uma escolha tecnológica, uma opção para destino de resíduos orgânicos gerados." Ou seja, compostagem veio para ficar. Não adianta choramingar, estamos em São Paulo, ou seja, o Márcio colocou, São Paulo é copiado. Então a gente tem que caprichar muito nessa história. Não é um detalhezinho assim, do Plano. É o grosso do nosso lixo domiciliar. Então, a gente acha que a compostagem merece um plano detalhadíssimo, bem específico. E a gente listou algumas sugestões. Explícito já, que esse grupo está à disposição para esclarecimentos técnicos, didáticos, o que vocês quiserem, depois, no CADES, em qualquer comissão, em qualquer momento, Prefeitura, na AMLURB etc. Bom, o que esse Plano tem que ter? Ele tem que,

claro, incentivar fundamentalmente, a redução dos resíduos orgânicos. Temos que ter campanhas, programas, ações educativas fortíssimas, para diminuir essa geração de resíduo orgânico. Claro, isso é uma premissa de todos os planos, corresponsabilizar os geradores. A gente concorda plenamente. Quando a gente diz que a Prefeitura tem que assumir alguma coisa, não é assumir a coleta, mas assumir, realmente, uma política. Como todo mundo vai ser envolvido? Então, quando a gente pensa, por exemplo, em feira. Já tivemos um programa Feira Limpa. Mas não é a Prefeitura correr atrás de limpar a feira e compostar. É assim: bom, o sujeito trouxe o repolho para vender, sobrou? Leva de volta. Tem que ter até uma logística reversa, para esse tipo de resíduo. Então, cor-responsabilizar mercados, feirantes, firmas de paisagismo, de jardinagem. A nossa proposta é que se estimule a compostagem, como o Márcio falou, em todos os níveis. Compostagem doméstica, comunitária, institucional, empresarial e também municipal. Para a gente não ter a ilusão de que cada munícipe vai conseguir dar conta do seu resíduo. Claro que isso, muita gente já faz. Isso tem um potencial enorme. Esse equipamento, inclusive, que a gente fala essas supercomposteiras, a gente chama de minhoca, que existe há muito tempo, dá para fazer muita coisa sem tecnologia tabajara. Tudo bem, tem tecnologia legal, mas têm umas coisas meio esquisitas. A gente não precisa sofisticar. Biomecanização, esses nomes todos que a gente adora inventar. Bom, não estou dizendo que você inventou isso, mas como eu trabalho com resíduos desde o século passado, já ouvi muito. Bom, a gente tem que promover, realmente, uma gestão descentralizada, envolvendo todas as Prefeituras e todos os órgãos envolvidos. Acho que a gente tem uma pessoa aqui, vai citar um caso de um enrosco nosso, um projeto da sociedade civil, lindo, maravilhoso, eu sou suspeita, que eu participo dele. Da comunidade, assumindo uma proposta que está em um enrosco danado com a AMLURB, SOMA, Subprefeitura, com recursos do FEMA, preciosos recursos públicos, que foram investidos (incompreensível) compostagem. No Ecoponto, está no ar, o negócio. Depois, se fala mais disso. A idéia, é claro, é definir alguma meta, mesmo. Se em uma contratação de uma empresa para coletar resíduo, a gente tem meta, em um mês... (incompreensível). 15º mês, lá no mês 96, dá para fazer alguma meta. O Plano só cita metas para resíduos orgânicos de repartições públicas. Então, coletar 90%, compostar 70. Tem que ter alguma coisa mais forte, aí. Claro, evidentemente tem que ter um plano de monitoramento e avaliação. Temos que ter indicadores para esse trabalho todo, com resíduo orgânico, temos que desenvolver mercado, sim, para o composto. Mas daí, Márcio, me desculpe, eu não sei de onde veio essa definição que você projetou. O composto orgânico não tem baixíssima quantidade de nutrientes. Isso aí é um equívoco. Inclusive, no nosso projeto o maior consumidor do nosso composto é a própria Prefeitura. Ela adora o nosso composto. Ela usa em creches, em hortas escolares. Então tem que ter uma revisão aí, feita por alguém. Está equivocado. E o Plano tem que abranger programas, projetos e atividades, em detalhes, como nós vamos lidar com isso? Destrinchar essas atividades. Temos que ter programas para reduzir desperdício de alimentos, já mencionei. A gente precisa..., concordamos, a revisão do Plano Diretor, e de tudo que tem a ver com o uso do solo. Mas temos que dar um jeito. Porque na verdade, hoje, a gente já está exportando resíduo para Caieiras. Se não cabe aqui, vamos exportar, montar um pátio de compostagem em Caieiras, digamos. O que mais? Temos que simplificar... Estou acabando. A gente tem que simplificar, para, de fato, ter essa gestão compartilhada, os processos de licenciamento dessas unidades de compostagem. 30 segundos, Eduardo. Já acabou? Já acabou? Deixa eu ver se não tem mais nada. E eu vou deixar esse documento entregue aqui para o CADES, é uma versão integral. Se vocês quiserem, a gente volta aí...

Coordenadora Helena Magozo: Pode mandar por via eletrônica, que eu passo para os Conselheiros também. Gina Rispah. Por favor.

Secretário Eduardo Jorge: Vou insistir. É claro que a Patrícia, como eu, gostaria de falar meia hora, uma hora, mas é um processo. Não é o encerramento de um processo. É um processo que já vem. O Conselho Municipal discutiu uma, duas, três, dez, vinte vezes, por exemplo, e vai continuar. Então, vamos tentar ver se a gente faz uma intervenção que dê chance de ter o mínimo de diálogo, porque, senão, a gente vai ter que diminuir tanto o tempo dele, que ele não vai conseguir responder questões tão importantes e profundas.

Gina Rispah: Bom dia a todos. Meu nome é Rispah, eu estou representando o Instituto Cinco Elementos, e eu queria levantar alguns pontos que eu acho importantes. A partir da sua provocação que a gente conversa sobre isso e tenha um patamar para poder estar melhorando o nosso plano, e ter, para a cidade de São Paulo, um bom plano, que eu acho que a cidade merece. A primeira pergunta é: qual é o processo que vai ser feito daqui para frente? Ou seja, quantas audiências públicas terão e até que ponto a Prefeitura está maleável para modificar esse Plano a partir das contribuições da sociedade? Então essa é a primeira pergunta. A segunda é a seguinte: por incrível que pareça, vou contestar a sua fala em relação qual é o índice de coleta seletiva da cidade de São Paulo, porque ele, realmente, é esse número mínimo. Porque quando a gente usa o número da coleta seletiva, nós estamos falando em relação ao global do resíduo coletado, e não em relação ao potencialmente reciclado. Então para você poder comparar quanto os países e as cidades tem, você tem que partir do global, para poder ter o seu índice. Então, senão, você não compara. Ou você compara a partir do reciclado. Então, os Estados Unidos, quando fala que recicla 25%, uma parte é orgânico, uma parte é o reciclável. Mas de qualquer forma, a reciclagem é feita, e a coleta seletiva do orgânico desse X de material. Então é um equívoco dizer que São Paulo não tem um 1,7%. Em relação ao potencialmente reciclável, pode ser mais. Mas esse é o número para você poder comparar com os números que você tem, de outras cidades. Eu queria assim, parabenizar o CADES, pelas contribuições que fez ao Plano, no entanto, muitas entidades, inclusive estão aqui, o Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo, nós tentamos uma interlocução com a Secretaria, para discutir o Plano, antes de esse Plano ser colocado para a sociedade, e não conseguimos interlocução. Então, eu acho que isso é uma falha no processo. Por mais que as entidades estivessem representadas no CADES, eu não me recordo, e alguém me corrija se eu estiver equivocada, se houve uma reunião ampliada do CADES para a sociedade, para estar chamando para discutir esse plano. E para ir finalizando então, o Plano não tem nada em termos de recursos. Quanto é arrecadado pela Prefeitura e quanto o município está pagando pela concessão. Ou seja, não se discute a questão da taxa, de quanto que vem de outras áreas, que não da arrecadação dos resíduos, para poder manter o sistema. Também não têm metas claramente. O Márcio colocou aqui toda uma argumentação, mas eu acho que o fato da Nacional ter colocado uma meta ampla, não justifica que a Prefeitura não faça uma meta real. E dizer que as metas são só para órgãos públicos, eu acho que é muito pouco para São Paulo. Em relação à logística reversa, eu acho que também não se justifica jogar toda a questão para a iniciativa privada, e meio que se desonerar da coleta seletiva, uma vez que o estado já chamou para os acordos setoriais. Então, não há porque a Prefeitura fazer esse discurso e não chamar para os acordos setoriais. Estou finalizando, Secretário. E em relação ao gravimétrico, eu acho que o gravimétrico aponta algumas coisas bastante importantes, como a questão das fraldas, por exemplo, que poderia ser chamada a indústria das fraldas para um acordo setorial. No entanto, isso não está sinalizado, em nenhum momento, no plano. Então, pelo momento, são essas as minhas colocações, e eu estou à disposição.

Indalécia Escudeiro: Bom dia a todos. Meu nome é Indalécia Escudeiro. Sou da Subprefeitura do Jabaquara. Eu estou aqui, senhor Márcio, para contestar algumas coisinhas que foram ditas. Primeiro, o começo do lixo, a gente conhece, sim. (incompreensível) joga a Câmara Municipal que passou na

época, para a população. Joga o lixo aonde? Na várzea do Tietê. Quando a gente vê o que está acontecendo hoje, com o shopping, é por causa disso. Esquecemos que o lixo retorna. Isso está acontecendo hoje também. Não vamos jogar na várzea. Mas quando falamos que o órgão público quer se isentar, isso é muito ruim. Ele tem que ser parceiro do privado. E eu acho que sim, têm muitas empresas querendo conversar, para saber onde ela entra. Então, podemos começar, já, com essas metas, conversando com as empresas, e junto com toda uma população para ver como vamos fazer o melhor para São Paulo. Porque eu acredito que se eu acertar em São Paulo, eu ilumino o país. E aqui eu estou como o senhor falou do zoneamento, eu fui muitos anos de aprovação de plantas, não concordo. Eu brigo muito pelo zoneamento de São Paulo. E por isso, por ser uma pessoa assim, eu entrei com um processo na Prefeitura, em 2008, e eu tenho a aprovação de DECONT, eu tenho a aprovação de CAIEPS, eu tenho a aprovação de CTLU, para fazer uma recicladora de resíduos sólidos no Jabaquara, que chama Triagem e Meio Ambiente do Jabaquara. O processo eu estou entregando, que o Valdecir conhece, brigamos muito por causa disso. Então o senhor falou que tem dinheiro. Por favor, 2008, como cidadão normal, eu protocolei. E estou te dando com tudo. Com a planta. Como folheto de informativo que eu queria passar para a população toda, como reciclar sem utilizar água. Que é um outro grande problema que nós temos, quando falamos de reciclagem. Nós falamos de lavar a embalagem. Não. Eu tenho que dar um jeito de limpar a embalagem. Mas sem utilizar água. Então é um folheto que eu não consigo fazer, porque não tenho verba para continuar, para poder ajudar, junto com os catadores. Então, eu estou entregando isso daqui, e já que tem a verba e você está com poucos galpões para construir, que o nosso seja ainda, prioridade para atender o Jabaquara. Muito obrigada. Desculpa Secretário.

Secretário Eduardo Jorge: Não. Não, não. Cinco. Está bom, Helena. Cinco pessoas. Então vamos agora, ouvir os comentários do pessoal da AMLURB, o doutor Márcio e seus assessores. Eu vou lhe dar 15 minutos, também. Eles tiveram 15 minutos falando, eu dou 15 minutos para vocês. E com isso, a gente já vai estourar o tempo nosso. Mas vamos lá. Também vocês não vão responder, esgotar o assunto. Todas as questões aí foram importantes. Agora, você vai ter 15 minutos.

Márcio Mateus: Agora é rapidinho. Cristina, a questão dos pneus. Pneus evoluiu muito, graças ao acordo que foi firmado com a Prefeitura e a RECICLANIP. Aqueles passivos todos que a gente via, aquele monte de pneus, graças a Deus o que, quando a indústria dá, ela se envolve no processo, na cadeia produtiva, se envolve no processo como aconteceu, rapidamente o problema se esvai. E hoje nós temos aí, inclusive, a idéia da Prefeitura é ampliar esse contrato da RECICLANIP para quase todo o conjunto de subprefeituras. São Paulo está aproveitando isso. Inclusive, o próprio resíduo de pneus, para colocar como base, como rap no asfalto. Está misturando ao asfalto, nos lugares onde você precisa de um asfalto melhor, mais silencioso, para a banda de rodagem. Então tem tanta coisa positiva que São Paulo está fazendo com relação a isso. E essa questão, o envolvimento da RECICLANIP é modelar. Você tem razão. Ele é modelar. Porque o setor assumiu a sua responsabilidade. É isso que nós queremos. Quando nós falamos em responsabilidade, a Prefeitura não quer se eximir da dela. O que ela não quer é absorver a responsabilidade que não lhe cabe. Isso não é leal. Isso não é justo. Isso não é gestão. Certo? Isso aí é favorecimento, do ponto de vista de uma administração pública. Então, quando você assume obrigações que não são próprias, para desonerar outro, particular, quando a obrigação é dele, isso é favorecimento, isso tem nome. Então, a gente precisa ter muita calma, muita tranquilidade e entender isso. Eu quero que cada um assuma sua responsabilidade. E a Prefeitura já assume a dela. Não é que ela vai assumir. Ela já assume. O que ela quer é que os outros assumam a dela, e ela vai o quê? A partir daí, nós temos a responsabilidade compartilhada. Não é a responsabilidade simplesmente o quê? Delegada, de todos, para a subprefeitura. É isso. O seu

exemplo da RECICLANIP posso dizer para você, abro aqui, é modelar. O que a área de pneus fez em São Paulo, acabou com os passivos. Já não têm mais passivos. Hoje, é totalmente aproveitado. Está bom? Acho que essa é a posição. Concordo com você. Esse é o modelo que os demais setores deveriam seguir. Obrigado. Tem a outra pergunta, é a do senhor Ângelo Iervolino, com relação ao zoneamento, catadores irregulares. Eu vou falar para o senhor o seguinte: é mais ou menos isso, a NR3, e aqui ainda, o Valdecir sofre muito, e eu estou trazendo aqui, à mesa, todos os diretores, todo mundo que pode, inclusive, detalhar, até do ponto de vista gerencial, melhor, para atender as perguntas de todos. Mas o que eu posso falar para o senhor, realmente, a questão de ser só NR3, onde você pode implantar isso, é um limitador grave para a cidade. Vou dar um exemplo só dos Ecopontos. Está previsto para a cidade 96 Ecopontos. A dificuldade para achar área para um Ecoponto, que é uma área pequena. Uma área pequena. Eu não consegui achar área nenhuma. Por quê? Por causa da questão: tem que ser em tal lugar. A questão do licenciamento é uma outra situação. Nós tivemos até um trabalho com relação a isso. Mas eu estou buscando, especificamente, a questão da área. Extremamente difícil. Temos que superar acredito eu, com alteração legislativa. Eu tenho dificuldade de entender, como gestor, como uma exigência que é feita para o administrado, é feita pela própria administração. Ou seja, a administração que é eleita para gerar o bem comum, para produzir o bem comum em favor de todos, ficar limitada com aquilo que ela limitou para o administrado. Eu tenho dificuldade para entender isso. Isso para mim é, no mínimo, é mutilar a administração pública, sua capacidade de promover o bem comum. É isso que eu entendo. Se eu não posso montar equipamentos para melhoria da cidade porque a lei me proíbe, alguma coisa está errada. Óbvio que está errado. Não pode exigir da administração, que ela seja tratada como se administrada fosse. Negócio esquisito. É totalmente sem sentido. Não faz o menor sentido. Eu estou sendo claro. Isso precisa ser revisto realmente. Tem razão. E tem absoluta razão. Caminhões para conduzir resíduo. Concordo também. Eu tenho uma dificuldade, um pouco, ainda não ficou muito claro para mim. A gente herda um modelo. Esse caminhão está errado.

Secretário Eduardo Jorge: Márcio, você já gastou 5 minutos.

Márcio Mateus: Está bom. Só para não deixar a questão do caminhão. O pessoal das cooperativas luta muito, critica muito a questão do caminhão compactador. Nós tentamos minimizar isso ao máximo, diminuindo a compressão possível no compactador. Eu entendo que poderia ser feito de outra forma. Mas quando a gente entra na administração, a gente herda o que outras gestões fizeram. E deixam a gente, muitas vezes, de mãos atadas, amarradas, em um contrato de 20 anos, passível de movimentação, passível de alteração, passível de continuidade, por mais 20. 40 anos. E nós temos que fazer readequações nesses contratos. Que não são fáceis. São difíceis. Extremamente difíceis. Contratos amarrados e difíceis. Mas eu digo para o senhor: essa questão também, de a gente entregar um melhor resíduo, um resíduo melhor para as cooperativas, é algo que nós perseguimos como objetivo institucional de AMLURB. Isso eu posso garantir para todos os senhores. E nós vamos viabilizar. Em um momento ou outro, mas nós vamos viabilizar. A outra questão que nós temos aqui, também... Não sei se faltar alguma coisa. Me perdoe, a gente complementa, inclusive informalmente, fora daqui. A senhora Patrícia, do grupo Pró-compostagem. Eu quero compostagem em São Paulo. A municipalidade quer compostagem em São Paulo. AMLURB quer compostagem em São Paulo. Nós precisamos recuperar isso. Não dá mais para trabalhar com isso. Aí vêm: *“olha, os aterros são grandes composteiras.”* Eu ouço de tudo. A gente ouve de tudo. Cada um ouve na medida do seu interesse. Eu entendo que para o interesse da cidade, a gente tem que diminuir a geração, inclusive fazendo, promovendo, compostagem doméstica, compostagem institucional, compostagem empresarial. Desenvolvendo compostagem nesse lugar. Inclusive, fazendo os métodos naturais, certo? Óbvio,

método natural está aí. E se tiver tecnologia agregada, por que não? Para otimizar, para melhorar. A gente não pode prescindir de nada. Nós temos é que solucionar. Está bom? Mas a sua preocupação é válida. Eu compartilho dela. A municipalidade, na área de Serviços, compartilha disso, e manifesta aqui, que vai trabalhar por isso. Está bom? Então está previsto, e nós vamos fazer. Nós temos o programa Feira Limpa. Vocês vão ver como vai sair, e vai sair bom. Nós vamos fazer coisa de qualidade por São Paulo. Está bom? A Rispah, qual o processo de audiências públicas para fazer? Eu digo para a senhora o seguinte: nós não realizamos o Plano sozinho. Eu posso fazer alguma coisa. Posso ouvir. Hoje, o CADES é um grande fórum para isso. Ele é um fórum que os senhores já participam. E está aí, previsto, que aquilo que o CADES nos encaminhar, nós estamos recebendo. O CADES faz parte do sistema da gestão integrada. Senão a gestão está ficando que a gestão é só minha, não é. Eu faço a gestão do ponto de vista de Serviços. A gestão é integrada. E os senhores já estão integrados no processo, e tudo que vier, chegará até nós, e será considerado. O que precisar de audiência, precisamos, fazemos, não há problema nenhum. Eu sempre tenho uma visão clara. Eu só acredito no concurso de inteligência. Quando as inteligências concorrem para a solução de um determinado problema, a solução sai, e a solução para todos, e não para alguns. Eu só acredito nisso. E realmente, eu estou aqui para isso. Por isso que eu instiguei os senhores, e eu quero isso. Quero discussão, quero questionamento. E se precisar uma audiência, o que precisar, nós estamos abertos. Para conversar, para falar, para tratar. Mas, vamos embora. Não tem problema nenhum. Eu tenho aqui no CADES, um grande suporte para a questão dos resíduos na cidade. Pode ter certeza disso. Nós enxergamos assim. A área de serviços entende assim. Está bom? Coleta seletiva. O que eu digo é o seguinte: nós temos esse percentual. Quando nós fazemos, é feito um estudo gravimétrico, regular, do lixo de São Paulo. Esse estudo é feito. São estudos técnicos. Eu sou fonte. Quem lida com o lixo é a Secretaria de Serviços, é a AMLURB. Eu sou fonte desses dados. Eu não pego esses dados lá fora. Eu não vou a lugar nenhum, porque isso eu tenho. Os dados nascem conosco. Eu não vou buscar informação fora. Sou eu que lido com isso. A responsabilidade é minha. Eu que inventario tudo. Não tenho lugar fora para buscar nada. Não fui buscar dado errado em lugar nenhum. Não fui buscar nada em lugar nenhum. Esse dado, eu produzo. No meu dia a dia, na minha operação diária, na minha realidade diária, na minha interação com a realidade, diariamente. O órgão produz. A AMLURB produz. A municipalidade produz, porque ela que faz. Então, é uma questão de poluidor pagador. É um conceito que a gente precisa repensar. Eu estava comentando aqui também, incomoda muito, a questão de: qual é a responsabilidade de cada um com o resíduo? Ao longo de toda a história da sociedade, resíduo é um problema que tem que sair fora. Em Roma, a turma levava a três quilômetros da cidade. Nas outras, que não faziam isso, a população morria de peste bubônica, e outras pestes. Então, sempre foi assim. O pessoal não tem a preocupação com o lixo. O lixo precisa sair de casa. Tem tanta coisa que a gente precisa repensar. O modelo precisa ser repensado, sim. E está sendo repensado. Mas eu digo para a senhora: custo, se vocês quiserem custo, os custos estão no portal da transparência da Prefeitura. Todos os meus contratos estão aí. Quiserem saber custos? Tranquilamente. Está no portal da transparência, quanto eu pago. Se quiserem saber quanto eu pago, isso é conta pública. Isso é aberto. Quanto paga para a concessão? Quanto paga por esse serviço? Está lá. Todos os dias. E os valores estão aí. Certo? O meu orçamento, o orçamento da minha Secretaria, do meu órgão lá, da Secretaria, na parte do meu órgão, é um bi e duzentos, por ano. E com a criação da AMLURB, que ele vai assumir todas as funções, que praticamente eram... vai chegar a mais de dois bi por ano. Isso é caro. Aquilo que nós geramos é caro. É por isso que eu falo que todos têm que se envolver. Por isso que se mudou, se criou um plano de resíduos, para disciplinar isso. Que essa conta está toda o quê? Está toda em cima do poder público. E isso vai onerando os recursos da sociedade, da municipalidade, que poderiam ser aplicados em prol da

própria sociedade. Porque muita gente se exclui da sua responsabilidade. Reitero aqui: o poder privado é... a sociedade privada, a economia privada, a iniciativa privada, é parceira da Prefeitura na questão de resíduos. Nem nada é excludente.

Secretário Eduardo Jorge: 3 minutos.

Márcio Mateus: E a outra questão só, que falta aqui. É da senhora Indalécia Escudeiro. Subprefeitura do Jabaquara. A questão de zoneamento, aprovação de reciclagem, reciclador...

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: Eu vou passar... Porque o Valdecir tem uma informação concreta, direta, gerencial para ela, e ele pode passar. Por favor, Valdecir. Valdecir Papazissis é o nosso Diretor de coleta seletiva, e educação na área de resíduos.

Valdecir Papazissis: Olá. Bom dia a todos. O caso da Indalécia, da subprefeitura Jabaquara, eu conheço, realmente, o processo. Ela rodou com esse processo em todas as secretarias até conseguir a aprovação. Só a título de informação, nós pedimos suplementação de recursos orçamentários para poder transferir esses recursos para que a subprefeitura possa construir a central de triagem no Jabaquara. É só a informação para a Indalécia.

Secretário Eduardo Jorge: Vamos seguir.

(fala sem microfone)

Secretário Eduardo Jorge: Há muitas outras. Muitas questões. Mas tudo vai ficar registrado, vai para a ata, e depois pode conversar por e-mails. Não foi só uma não. Foram muitas. Vamos então, seguir aqui, com os nossos cinco primeiros novos. Leia os novos, Mary, por favor.

Coordenadora Helena Magozo: Fábio Pereira, Eduardo Paula, Cláudio Spinola, Margareth Lousano e o Caio Martinez. Fábio Pereira, por favor.

Secretário Eduardo Jorge: Por favor, vamos seguir essa sistemática que a gente teve no outro grupo. Vamos tentar ficar nos 15 minutos, para todo o grupo. Por favor.

Fábio Pereira: Bom dia à mesa, bom dia aos presentes. Gostaria de agradecer aqui a oportunidade. Meu nome é Fábio Araújo Pereira, sou Conselheiro do CADES da Subprefeitura Penha, os CADES Regionais. Eu queria fazer um contraponto aí, pelo que o representante da AMLURB disse que recebeu diversas contribuições. Mas uma coisa que eu tenho levantado inclusive trago aqui, já trouxe para a Magozo, até para o Secretário é que os CADES Regionais não estão sendo consultados. Na própria lei de instituição dos CADES, eles têm que ser consultados. Eles não são deliberativos. Isso a gente sabe. Mas eles têm que ser ouvidos, quando da formulação de políticas dentro da sua área e dentro da sua atuação. Então, esse é o primeiro questionamento. Quanto à exposição do representante da AMLURB, eu realmente achei até interessante, porque em um primeiro momento, eu achei que estava na Suécia, porque tudo funcionava beleza, tudo estava ótimo. No final, eu vi que nada vai mudar, e que a gente está indo para a África. Sinceramente. Eu senti isso. Outro questionamento que eu gostaria de fazer, está aqui: uma notícia do Jornal da Tarde, que é do ano passado. Lixo tem 80 milhões sem uso, que é aquele Fundo que foi formado em 2004, quando foi feita a lei do lixo, a popular lei do lixo, 5% do valor que é pago da Prefeitura para as concessionárias têm que ficar retido em um Fundo, para fiscalização, educação ambiental e aumento da coleta seletiva. Isso não está sendo colocado até hoje. Eu gostaria de saber o que está sendo feito o que vai ser feito nesse sentido? Gostaria também de colocar uma outra questão. Quanto à questão de Ecoponto. É uma coisa bem particular nossa, mas na Subprefeitura Penha, a gente já tem uma área tem verba de 150 mil reais desde janeiro de 2012 para implementação

de um Ecoponto, mas esse dinheiro não chega lá. E a gente está cobrando. Inclusive posso até passar o número do processo administrativo e da verba para isso. E também, colocadas essas questões aqui, eu gostaria de, só pedir ao final da reunião aqui, conversar com o Secretário e com o Presidente da Comissão de Verde e Meio Ambiente, que é a respeito de uma obra que foi feita lá na Penha, foi paga para a empreiteira, mas a obra não foi feita até hoje. Gostaria de saber o que a gente, em conjunto, Secretaria e o Presidente da comissão de Verde e Meio Ambiente, como fiscal do executivo, pode fazer para resolver essa situação. Ah, outra colocação também. Rapidinho. Quanto à questão do estádio. O Estádio de Itaquera. A gente não sabe, necessariamente, qual o plano de resíduos que vai ser lá. E pensando mais no futuro, o que vai ser da gente daqui a 20 anos? A gente está, pelo que eu entendi, estão colocando um documento aí, que é plenamente um tapa-buraco. Só isso. Está certo? Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

Eduardo Paula: Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Eduardo, sou catador há mais de 20 anos. Sou da primeira cooperativa da cidade de São Paulo. Serve de exemplo não só para São Paulo, como para o Brasil e para o mundo inteiro. Tudo o que eu aprendi foi dentro da cooperativa, catando papel. E hoje eu estou aqui, representando os catadores da cidade de São Paulo. E eu gostaria de falar o seguinte: quando se pensava em coleta seletiva, a Coopamare já saía na frente há muito tempo. A gente ia lá catar, nas (incompreensível), catar os materiais para ajudar. E nós catadores, colaboramos há anos com a cidade de São Paulo. E hoje, nós estamos nesses espaços porque nós estamos lutando política pública, e queremos melhores. Mas só que hoje eu falo que a cidade de São Paulo, que os catadores, hoje, não têm condições de fazer a coleta seletiva na cidade de São Paulo. Eu falo que é mentira. Por quê? Nós catadores, já viemos colaborando com a Prefeitura há anos. O que falta é investimento. E deixar que nós, catadores, também tenhamos as nossas opiniões públicas, de colaborar. Porque nós tínhamos um programa... Quando saiu o PAC, nós tínhamos, lá, uma conversa de conselho, tudo. Não conseguimos fazer a nossa conversa, saímos fora. Até hoje, teve dinheiro do PAC que não se investiu nada. Só fez uma central. Mais nada. Onde que está o dinheiro do PAC? Tem mais. Tem uma questão dos containers que estão espalhando na cidade. Pelo menos esse container que vocês falaram que sobe tudo bonitinho. Aquilo lá não é viável. Por que não é viável? Tudo o que vai acontecer, tudo não vai querer... vai jogar tudo no container. Não vai ter uma consciência ambiental, não vai ter nada. E esse daí vai para quê? Vai para o lixão, vai para o aterro. Então não traz uma consciência. Temos também que ele também vai excluir os catadores. O container vai excluir os catadores. Porque tudo o que todo mundo vê na cidade, vai jogar naquele container, lá. E depois? Não tem condições. Também temos a questão da mecanização. Quando vai montar uma central com mecanização, o que acontece? Vai ter 50 catadores só para operar essa mecanização. E o resto dos catadores? Uma central dá para por cem catadores, ou duzentos catadores, no período com dois turnos. Agora, com a questão mecanização, vai excluir. Vai excluir os catadores. Isto eu falo, porque eu já conheço vários países, e eu vi do modelo que funciona em outros países. E isso não é viável para o Brasil. Na França, que está se falando a questão dos incineradores, hoje está tudo parado lá. A sucata está lá, e ninguém investe. Estão para fazer parcerias, fazer parceria de resgatar os catadores, a implantar coleta seletiva na França. Eu acho que o Movimento Nacional dos Catadores não concorda com o Plano Municipal, e está repudiando, por que questão? Foi um plano feito da noite para o dia. Não a participação popular, a participação da população. E hoje, nós queremos, sim, participar desse negócio, porque nós fazemos parte dessa cidade.

Cláudio Spínola: Bom dia. Sou Cláudio Spínola, da Morada da Floresta. Eu trabalho diariamente para conscientizar a população referente à compostagem doméstica e diminuição de outros resíduos, como as fraldas descartáveis. Enfim, o trabalho é diário, efetivo. E estão gerando frutos para a Prefeitura,

quando a gente vê que as famílias estão compostando em casa. Porém, sabe-se que vai demorar ainda, para 100% estar compostando em casa. Aí eu tenho uma pergunta relacionada a isso e à coleta seletiva, que na hora que você colocou a coleta seletiva ali, você jogou a parte para os grandes geradores. Mas tem a questão da coleta domiciliar. Há 3 anos atrás, cansado de separar resíduo e ter que pegar carro de amigos para levar até um Ecoponto, no meu caso, na USP, que fazia essa coleta, entrei em contato com a Prefeitura para solicitar a coleta seletiva na minha rua. A resposta que eu recebi da Prefeitura foi: *“entra em contato com a LOGA, que é a empresa que coleta na tua região.”* Entrei em contato com a LOGA. A resposta que eu recebi da LOGA foi assim: *“a Prefeitura não me paga para coletar, fazer coleta seletiva na sua rua. Tem que mudar o contrato para ser pago.”* Aí eu volto na Prefeitura. *“Prefeitura, dá para alterar o contrato? Porque a LOGA não vai fazer essa coleta, porque não está constando no contrato dela.”* *“Ah, não. Esse contrato é de 20 anos, não tem como mexer, é muito complicado, não dá.”* Pronto. Parou ali. A minha solução foi chamar, procurar cooperativas próximas para coletar. Aí chega a cooperativa falou assim: *“você precisa ter uma geração mínima, para justificar minha vinda. Senão não vale.”* A solução foi fazer um ofício para a rua inteira, coloquei tonéis na calçada, e já estamos há 3 anos. Toda semana vem a cooperativa e coleta. Mas isso é uma solução que um indivíduo criou para ali. Que as pessoas não têm essa predisposição que eu tive, e também não é a função minha, enquanto cidadão ter que ficar gerenciando os resíduos recicláveis que estão vindo da população. Então se a Prefeitura paga para a LOGA, para as concessionárias fazerem essa coleta dos resíduos domiciliares, existe milhões de dinheiro envolvidos nisso. Então por que esses contratos não são alterados? Essa parcela de 60% de compostáveis, que são domiciliares, e os 20% de recicláveis, por que não estão contemplados no contrato para que essas empresas façam a gestão adequada desses resíduos? O pessoal pergunta por que isso não acontece. Porque tem dinheiro para pegar e levar para o aterro sanitário, mas não tem dinheiro para fazer a destinação adequada desses resíduos, tenho certeza que é uma pergunta da população em geral, não é só minha. Obrigado.

Margarete Lousano: Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer ao CADES Municipal por essa possibilidade de estarmos aqui hoje, diante desse debate. Represento a diretoria de educação da região de Itaquera, sou Conselheira no CADES de Itaquera e sou integrante da Agenda 21 Macro Leste. Bem, eu vejo que na verdade, todos nós aqui estamos por um objetivo. E esse objetivo me parece longe de ser alcançado. Por quê? Um exemplo: eu concordo com o senhor Márcio, que colocou a questão de que a cidade de São Paulo, realmente, é exemplo em muitas situações. É exemplo no aterro sanitário, com certeza, sabemos disso. Mas as cooperativas ainda têm muita defasagem. Acredito que não no trabalho, mas em quantidade. Nós não temos, na cidade de São Paulo, centrais de triagem suficientes, de maneira alguma. Isso é muito visível. Então, esse exemplo da cidade de São Paulo, a cidade de São Paulo é exemplo. Na produção mais limpa, que eu tive a oportunidade de participar, é um evento, é claro, a gente sabe que, voltado para a questão ambiental, e lá, pudemos observar todos os trabalhos, coletor seletivo, o trabalho de coleta aconteceu. Quem teve a oportunidade, na semana passada, de visitar a 22ª Bienal do Livro, um local onde a cidade envolve um grande número de educadores, de crianças, jovens, não é, nosso futuro, não havia uma preocupação, não havia um coletor de lixo reciclável, sequer. Um. Não havia. A minha colocação não é nem uma pergunta. Só um momento. Mas é justamente isso: o que podemos fazer? A população tem a sua responsabilidade e o poder privado também. Mas com certeza o poder público, e nós, como cidadãos, nós, temos os nossos representantes que precisam fazer por nós. Precisam fazer pela cidade. Então, a minha colocação é só isso.

Caio Martinez: Sou Caio Martinez, eu sou educador socioambiental do Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem. Na realidade, as duas colocações que eu tenho são duas perguntas, é: em relação à

reciclagem dos resíduos de construção civil e de resíduos de drenagem, inclusive do sistema de tratamento de esgoto, que hoje, mesmo na sua fala, Márcio, você colocou que a gente tem hoje aí, tecnologia e criatividade em São Paulo, para lidar com isso, e isso eu não vi colocado. E outra questão é a dificuldade de trabalhar com os compactadores na questão da coleta seletiva, hoje, pela LIMPURB, principalmente na AMLURB. Eu sou morador da Penha, na minha rua, eu acho que só eu sei do horário da coleta seletiva, porque não tem um programa de educação ambiental. Nunca vi a divulgação disso lá. Então, são essas duas colocações. Quais são os investimentos para educação ambiental na cidade de São Paulo, e das relações mesmo, da reciclagem de resíduos de construção civil, que a gente sabe que tem hoje, tecnologia, e eu também não vi colocado isso no plano.

Márcio Mateus: É Fábio, não é, da Penha? Fábio falou que está na Suécia, depois ia para a África. Falou que eu viajei na maionese. Mas tudo bem. Vamos lá. Questão de Fundo Municipal de Limpeza. O fundo municipal de limpeza, ele só vai... eu nunca vi esse dinheiro ainda, viu? Está certo? Não. Eu nunca vi esse fundo por quê? Porque esse fundo, obviamente, ele estava sendo, até o momento, antes de ser criada a AMLURB, ele só virá depois que a AMLURB for criada formalmente, com a extinção da LIMPURB. Ele é gerido pela Secretaria de Finanças. Esse pessoal fala que tem dinheiro no fundo, que tem... Na realidade, quando se concebeu a concessão, isso precisa ficar claro, senão o pessoal não entende, e leva ao mesmo erro de avaliação que você teve. É o seguinte: quando foi criada a concessão, estava previsto uma taxa de resíduo sólido domiciliar. Ou seja, cada estabelecimento pagaria pela concessão. Já estava lá o princípio do poluidor pagador. Houve uma séria resistência à questão da taxa, a taxa foi questionada, e essa taxa deixou de existir. Existia a outorga da concessão, que são os 5% que saem da concessão, e vai compor esses fundos. Então, tudo isso iria compor o fundo de limpeza urbana, o FUNLURB. Tudo isso para ajudar a custear o serviço, e a própria estrutura de limpeza. O que aconteceu aí? Enquanto se criou, se previu a criação da AMLURB, quando da Lei 13.478 em 2002, já se antecipando à concessão, e ela não foi criada. No fim, ela não foi instituída. Enquanto não ficou instituída, o que acontecia? O FUNLURB ficou sendo administrado pela Secretaria de Finanças. E o que acontecia com o dinheiro, em tese, do Fundo? Tudo aquilo que chegou a ser cobrado em termos de taxa domiciliar, que foi lançada em um determinado período, todas as outorgas, elas foram pagar os serviços. Elas entraram e tiveram que pagar o serviço. O serviço que era divisível, ele deveria ser pago com taxa, e não com imposto. E a partir do momento que não teve a fonte da taxa para pagar o serviço, ele passou a ser um serviço que é pago com imposto, onde havia fonte de recurso, inclusive o Fundo de Limpeza Urbana, ele foi e ajudou a pagar os custos da concessão. Essa notícia que você está me dando, que existe, que sobrou alguma coisa no fundo, é o que eu estou buscando. Se sobrou é a minha alegria. Pode ter certeza, que eu estou louco precisando desse dinheiro para melhorar a minha estrutura, para melhorar a gestão para todos nós, para melhorar a gestão. Porque é para isso que existe, Fábio, a AMLURB. Por isso que nós estamos implantando. Para realmente viabilizar isso. Para todos nós. Você me ajuda lá na Penha, na limpeza... Você tem que me ajudar, para a gente ter uma estrutura melhor. Para a gente trabalhar melhor. Se você quer, eu também quero esse recurso. Pode ter certeza. Nisso aí eu sou parceiro. Eu estou com você. Não é o contrário, não. Mas eu digo isso: o dinheiro do fundo foi aplicado para custear o serviço, porque não teve a concessão. Porque na realidade, as taxas, todo aquele fundo que era para custear os serviços e a estrutura, acabou sendo onerado para custear o próprio serviço. Só isso. Pode ter certeza, eu estou ávido, todos nós aqui, de AMLURB, estamos ávidos por esse recurso. Tem uma dificuldade enorme, estrutural lá, porque eu não tenho recurso. O FUNLURB ia me ajudar muito. Pode ter certeza disso. Está bom? Vou seguir também na questão de Ecoponto, desculpa, a sua questão do Ecoponto é importante. No início desse ano, os recursos foram congelados. Está tudo pronto. Não sou eu que libero

recurso. Quem congelou o recurso, você sabe que não somos nós. Nós não congelamos recursos. O recurso está congelado. Só que eu tenho uma notícia boa para você e para todos. Nós vamos estar liberando recurso, nós vamos construir mais 40 Ecopontos. Os recursos estão em via de liberação. Eu estou dos 56 atuais, mais 40, eu chego em 96. A meta numérica dá para a gente cumprir. E nós vamos melhorar muito. Nós vamos dar a opção de descarte consciente para a cidade. Estou noticiando aqui, em primeira mão para você. O seu recurso vai chegar. Está bom? Beleza? Movimento de catadores. Senhor Eduardo. Dinheiro do PAC, ainda está no PAC. E uma boa parte dele. Uma parte que já veio, veio para... É o seguinte: quando você investe dinheiro em alguma coisa, você tem que facilitar o processo. Quando você investe para dificultar o processo, e condicionar o andamento do processo ao dinheiro, é complicado. Mas é isso que tem acontecido na prática. O pessoal deveria incrementar, facilitando a liberação. Hoje, o processo de liberação, ele é duríssimo, extremamente dificultoso, extremamente burocrático, absurdamente burocrático para liberar o dinheiro, que deveria ser mais fácil, para o que nós estamos fazendo. Temos até, muitas vezes, para construir uma central com apoio do PAC, que nós queremos, uma dificuldade enorme. Valdecir, você me ajuda nessa questão?

Valdecir Papazissis: Eduardo, na verdade, o PAC, ele banca parte do projeto. Nós temos o exemplo da Central da Lapa, que está, em término de obras, aproximadamente 25% com dinheiro do PAC, e o restante pela Prefeitura de São Paulo. O fato de não termos partido para novos financiamentos via PAC, ele está condicionado a áreas públicas. Isso já foi dito anteriormente pelo Márcio Mateus. Enquanto nós não viabilizarmos áreas públicas, ou não mudarmos a lei de Plano Diretor, ou até a parte de desapropriação, porque têm sete processos em andamento, a gente não pode tomar o financiamento do PAC. E à época que essas áreas estiverem liberadas, a gente vai ver o que é mais viável. Se é construir realmente com recursos próprios, ou se continuaremos fazendo a parceria com o PAC. Momentaneamente, a gente tem que ver se vai valer a pena, se a gente vai ganhar mais agilidade construindo com recursos próprios, ou partindo para esse financiamento federal. Eu vou responder aqui, antecipadamente aqui às outras, a última, que tem mais a ver com a minha área. É a do Carlos Martinez. Sobre resíduos da construção civil. Sobre reciclagem dos resíduos da construção civil. Isso já está previsto no Plano Municipal, inclusive já está previsto nos contratos de aterros de RCD, de resíduos da construção civil. Já está previsto a reciclagem de parte desse material, parte do entulho entregue nesses contratos, nesses aterros de RCD, parte já vai ser reciclado. Já existe a previsão contratual e operacional para isso. Então, São Paulo já está sim, em caminho de reciclar os resíduos da construção civil para poder utilizar isso como sub-base, enfim, para outras utilizações. Dificuldade na educação e divulgação. Na verdade, a gente também comunga da mesma idéia. Realmente a gente precisa fazer uma maior divulgação dos serviços prestados, tanto que nessa revisão dos contratos de concessão, esse re-estudo que está sendo finalizado pela FIP, nós já solicitamos, enfim, já apontamos que o percentual da tarifa paga à concessão, ela retorne ao início do contrato. Isto é, eram gastos 0,5% do valor pago às concessionárias para ser aplicado em educação ambiental. Isso, em 2005, com algumas reduções na tarifa, esse percentual passou para 0,1%. Isso já está sendo estudado. Quer dizer, o nosso departamento já mandou o estudo para frente, só está sendo analisado pela FIPE, para a gente poder retomar isso a 0,5, para a gente poder ter um investimento melhor em divulgação e educação ambiental.

Márcio Mateus: Esse estudo da FIPE já está quase finalizado. E nós queremos, realmente precisa de mais educação ambiental. Precisa. Lógico que precisamos. Muito. E nós sentimos isso. Tanto é que a própria administração se mexeu, e quer o que estava previsto para a gente poder chegar lá. Está bom? E a questão também, que a gente diz de centrais. Volto a repetir: nós queremos mais centrais de triagem. Eu tenho mais 17 por fazer. Estou com praticamente duas... praticamente também pagas

agora, só implantar. Está em SEHAB-APROV. Nós vamos fazer mais duas aí, que estão praticamente pronta. Só aguardando os Comunique-se de SEHAB, para implantação. E aquilo que eu estava falando para os senhores também. A outra questão. A administração trata a si própria como se administrada fosse. E aí, você acaba entrando na fila do licenciamento, na fila da autorização, na fila da aprovação, para poder fazer o equipamento de interesse da cidade.

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: É isso aí. Cláudio Spíndola, Morada da Floresta. Cláudio, a sua observação. Eu sei do seu trabalho aí. A gente sabe que você, mais do que tudo, é um militante da causa. A gente tem em você um parceiro. É o seguinte: a questão da compostagem. Que você fala, e fala da questão nossa, do contrato. Nós queremos expandir os setores. É o seguinte: a coleta seletiva, ela trabalha com itinerários de coleta seletiva. E aí você monta o itinerário e viabiliza um novo itinerário de coleta seletiva. Eu quero expandir os itinerários de coleta seletiva. Quando você tem um serviço concedido, é que nem quando você anda na rodovia, você anda na rodovia, você não fala com o governo do estado. Você fala com a concessionária. É um serviço concedido. Você fala com ele. Então, quando a gente fala, você... ele tem o serviço concedido, ele articula o serviço, e ele vai ampliando na medida da necessidade. Só que na hora de você custear isso, você tem uma estrutura que custeia a ampliação. À medida que você vai ampliando os itinerários, você vai ampliando os investimentos. Perfeito? Segue essa linha. E para trazer o investimento, estou atrelado também à capacidade de recebimento dos resíduos. E isso, atrelado, lá na ponta da linha, a o quê? À indústria da reciclagem. De reciclar. Que eu falei: o trio. Então, para eu poder, ou para o órgão poder, para nós podermos ampliar isto, ampliar os itinerários, tinha que seguir esse quadro todo. Ou seja, nós temos que aumentar o investimento, desde que haja centrais necessárias para triar e haja capacidade da indústria de receber os nossos resíduos. Senão, nós ficamos com o mico na mão. O cidadão monta... Nós preferimos não montar a estrutura, do que montar uma estrutura e frustrar o esforço do cidadão. E tudo isso é equacionado. Não é lícito para nós, mandarmos o cidadão se organizar, estruturar toda a questão de coleta seletiva, e depois eu não poder ir buscar. Porque eu não tenho estrutura. Porque eu tinha um ponto de estrangulamento, que é o número pequeno de centrais de triagem, e porque a indústria recicladora não está pegando, não está dando conta do resíduo coletado. A gente é bem judicioso nisso. Está certo? Essa é a questão. Mas isso é passível, e a gente quer ampliar realmente. Você pode ter certeza que nós queremos ampliar. A questão da Margarete Lousano, falta de centrais de triagem, não havia coletor de resíduos na...

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: Mas lá é um espaço confinado. Eu trabalho com limpeza pública, de ruas e logradouros. Em locais fechados, aí, a organização do evento aí, ela tem que ver essa questão. A gente trabalha nisso. Não posso falar por essa questão. Agora, a falta de centrais de triagem, nós queremos sim. O meu sonho, meu ideal, era no mínimo uma por cada subprefeitura. Como gestor. E como cidadão. E do Carlos Martinez, da Construção Civil, nós falamos aí que nós estamos fazendo, realmente, reciclagem. Pioneiramente, reciclagem. Inclusive, as subprefeituras também fazem já, na sub-base de pavimento. Já aplica na sub-base de pavimento. Nós temos diversas ruas pavimentadas. A sub-base de pavimento de ruas para asfaltamento, já está sendo feita com resíduos da construção civil. No RCC reciclado.

Coordenadora Helena Magozo: Nós vamos fazer agora, dois grupos de seis, para nós esgotarmos os inscritos, está bom? Então o primeiro grupo é a Cristina Antunes, o Eric da Recicleiros, o Moisés que nós não temos o sobrenome, o Gabriel Salgado, o Davi Amorim e o Alexandre da Almas. São os 6 desse grupo, está bom? Então, por favor, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Eu sou Diretora da SAJAPE, Associação de Moradores do Jardim Petrópolis dos Estados, e da CIRANDA, que congrega associações de moradores na área da Subprefeitura de Santo Amaro. Sou conselheira do FEMA pela Sul 2. Eu queria sugerir ao senhor Márcio, que uma vez que mencionou a necessidade de corrigir erros do passado, que leve em conta que nós já tivemos usina de reciclagem de entulho. Que foi desativada no tempo do Pitta, porque custava 200 mil reais à época, nunca mais foi montada. E sistematicamente, em todos os encontros sobre o tema, a gente cobra a usina de reciclagem de entulho, porque outras cidades, e grandes cidades já tem há muito tempo. A questão da destinação dos volumosos, não sei se tem a ver com contratos anteriores, mas este contrato de concessão proíbe a retirada dos volumosos por entidades. Então, nós já tivemos o nosso Ecoponto Vicente Rao, que é exemplar. Nós já tivemos o caso de um box novo, envelopado, que não pôde ser retirado de lá, porque o contrato obriga a levar para o aterro. Nós mesmos... Vou falar desse projeto, recolhemos do Ecoponto, os móveis da nossa sede do projeto. Entendeu? Então, isto é uma restrição do contrato, que segundo a SOMA, foi feito agora, em dezembro. Quer dizer, foi assinado agora, no final do ano passado, e que proíbe esse tipo de uso. É incompreensível, no mínimo. Imoral, eu também acho. Mas porque tem uma série de entidades que poderiam fazer uso disso daí, nem que fosse assim, abre um sábado, tipo um brechó gratuito. Vai lá e tira. Pouparia a SOMA de ter que transportar, e pouparia os aterros. Está certo? Isso daqui é jogar ouro no lixo. Ainda na questão do contrato, os recipientes para coleta de material reciclável, que antes era feito nas caçambas, agora tem um recipiente que tem uma boca de 15 por 30, onde não cabe nada. Então, as pessoas estão depositando ao lado, no chão, e a mesma coisa: a SOMA informa que isto é exigência de contrato. Uma outra que é um pouco mais prosaica, mas que enfim, tem a ver com a paisagem urbana, é a pintura de guias e postes. Que a gente nunca conseguiu entender por que se faz? Se vocês tiverem uma explicação, a gente agradece. Isso é uma herança do Jânio, que nunca foi corrigida. Com relação às áreas para Ecoponto, senhor Márcio, com relação às áreas para Ecoponto, os Ecopontos dos baixos de viaduto são uma solução para a Prefeitura. E se, em vez da Prefeitura doar para ponto de táxis ou para estacionamento de empresas, instalar neles, os Ecopontos. Só na nossa região, nós temos três, que foram solicitados enfaticamente pela comunidade, e que foram cedidos para esses outros usos. E para mencionar o projeto que a Patrícia colocou, nós terminamos, no dia 12, um projeto de um pátio de compostagem no Ecoponto Vicente Rao, feito com verba do FEMA, e que após a conclusão, deveria ser transferido, com todos os ativos que lá foram instalados, ao custo de 180 mil reais, dos quais 20% foram da comunidade, como contrapartida. O pátio de compostagem está pronto, está instalado, produzindo, funcionando, mas a subprefeitura não pode assumi-lo e a SOMA tampouco, porque o contrato não prevê a compostagem nos Ecopontos, que são um local absolutamente adequado porque já recebe o material que vai servir de matéria-prima para produção do composto. Então, eu estou deixando aqui um apelo e um convite: que não se abandone esse pátio de compostagem, que foi feito com o dinheiro de um fundo público, e que foi aprovado, e acompanhado, fiscalizado pelo FEMA. Segundo, convido todos vocês para um evento que nós vamos fazer lá no Ecoponto, de encerramento desse projeto, no qual a gente espera poder comemorar a continuidade, assumida por parte da Prefeitura. Seja subprefeitura, seja a SOMA. Muito obrigada.

Moisés: Boa tarde, senhores. Eu sou Moisés Rizzo, eu sou estagiário de ATOS. Uma coisa que a gente costuma verificar muito, a gente recolhe cerca de 8 toneladas de resíduo sólido, proveniente de restos de poda. Outro resíduo que também é muito grande aqui em São Paulo, é o resíduo proveniente de construção civil. E uma das opções, além da compostagem, seria o briquete. Que seria a compactação desse material em forma de briquete, para substituição de carvão mineral. E esse tipo de ação é pontual. Assim, com 250 mil, mais ou menos, por subprefeitura, a gente conseguiria transformar esse

material em briquete. O briquete pode ser substituído, além de estar capturando esse carbono que poderia... Para a gente ter uma noção, a madeira, ela liberando o metano, libera cerca de 21 vezes mais do que na forma de briquete. E para a construção civil também é possível triturar esse material e transformar em briquete. O que eu acho importante, assim, seriam soluções técnicas, realmente, para todo esse problema. E a minha pergunta é: como a gente faz para driblar essa legislação, para fazer essa legislação trabalhar em paralelo com esses projetos? Porque realmente, na minha concepção assim, de graduando ainda, o que eu percebo é que realmente a legislação é o que barra todos esses projetos. É a legislação, realmente, que está fazendo a coisa não andar. E assim, isso é de grande urgência. Então, gostaria de saber como é que a gente faz para trabalhar essa legislação novamente? Quais são os mecanismos realmente? Qual é o procedimento técnico? Se existe um procedimento técnico para modificar essa legislação. Muito obrigado.

Gabriel Salgado: Bom dia. Meu nome é Gabriel Salgado, eu sou formando em jornalismo da UNESP. Eu gostaria de fazer duas perguntas. Como a gestão municipal, a AMLURB pensa suas ações para além das centrais de triagem? Porque como já foi falado aqui, têm 20 mil catadores na cidade de São Paulo, e cerca de 1100/1200 inseridos nas centrais de triagem conveniadas com a Prefeitura. Será que as centrais de triagem, propagandeada a todo momento, ela é realmente a solução, e qual é o posicionamento da Prefeitura, em relação à ampla maioria das pessoas que trabalham, efetivamente, como catadoras de materiais recicláveis, e que, em muitas vezes, estão em condições de vulnerabilidade social, grandes e tensas. A segunda pergunta vai meio ao encontro ao que o colega passou aqui anteriormente. Quais são os procedimentos a serem tomados, assim, quais as atitudes que vão ser tomadas, efetivamente, em relação ao contrato com as concessionárias, já que ela é posterior ao Plano Municipal? E lógico, aqui a gente está falando de compostagem, do aumento da coleta seletiva, que prevê, obviamente, a diminuição dos materiais levados aos aterros sanitários. E prevendo a diminuição dos materiais aos aterros sanitários, a diminuição do trabalho dessas concessionárias, da LOGA e da ECOURBS. Como ajustar isso? O contrato vai, se eu não me engano, mais de 9 bilhões até esses 20 anos. Então a Prefeitura vai continuar pagando esse valor? É óbvio que não, tendo uma diminuição drástica dos materiais destinados aos aterros. Então, essas duas. Como a AMLURB pensa para os catadores, não das centrais de triagem, e a questão do contrato. Obrigado.

Davi Amorim: Bom dia para todo mundo. Bom dia para a mesa. Davi, sou colaborador do movimento dos catadores. A Rede Nossa São Paulo fez uma pesquisa que colocou a coleta seletiva como uma das principais preocupações da população da cidade de São Paulo. E a gente estranha muito que esse tema ainda seja tratado como programa. Uma coisa que não pode ser universalizada para a cidade de São Paulo, sendo que a lei diz que é uma questão que precisa ser universalizada. O Senhor Secretário falou várias vezes do princípio que está na Política Nacional de Resíduos, que é do poluidor pagador. Mas a gente pouco ouve falar, por parte da Prefeitura de São Paulo, do princípio do protetor recebedor. O colega falou, a gente tem 20 mil catadores trabalhando na cidade de São Paulo, 4000 deles estão organizados em cooperativas, associações ou grupos não formalizados de catadores. Eles fazem, efetivamente, a coleta seletiva e a reciclagem na cidade de São Paulo. Eles movimentam toda uma cadeia produtiva, e movimentam a economia da cidade, mas essas pessoas elas prestam serviço para o município, mas não recebem por isso. Essas 20 mil pessoas estão economizando para o poder público, essa questão da gestão de resíduos. A gente sabe quando o material não tem venda, quando o mercado está baixo, esse material, ele acumula nas ruas, e dá mais trabalho para a LIMPURB, aí, para retirar esses materiais das ruas. Então é um impacto gigantesco que essas 20 mil pessoas trabalhando, têm para a cidade de São Paulo, e a economia que essas pessoas geram para o município. Então, trazer aqui, como proposta, de que se considere no Plano a inclusão dos catadores. O Plano Nacional

tem metas para a inclusão dos catadores, e o nosso Plano aqui do município, não tem. Então eu ia colocar essa questão das áreas públicas. A gente sabe da dificuldade aí, que tem para buscar, no entanto, a Prefeitura tem colocado à venda áreas públicas no município. Então tem todo um movimento e a gente quer ver ações efetivas para que a legislação do município mude, e que passe a viabilizar essas áreas públicas, para a construção de novas centrais de triagem, novas cooperativas, e a inclusão de mais catadores na cidade de São Paulo. É isso.

Cons. Alexandre: Bom dia. Sou Alexandre Falcão, da Aliança Libertária Meio Ambiente - ALMA, que é um grupo da zona leste, que atua com arte e Meio Ambiente. Vou reforçar um pouco do que o colega da Morada da Floresta já falou. A gente tem um trabalho de educação ambiental, já há 9 anos na nossa comunidade, e há uma demanda muito grande. A gente trabalha principalmente, mas não só, com prédios populares, com conjuntos habitacionais populares. As pessoas se organizam, segregam material na fonte, e querem destinar para reciclagem. E não conseguem dar continuidade nessa cadeia. Uma parcela dessa população está sendo atendida pela ECOURBS, que é a concessionária da região. Mas infelizmente, a ECOURBS não tem condições de atender a maior parte das nossas solicitações. Então, têm muitos prédios que estão querendo participar do programa, e que estão há mais de um ano na fila de espera, para poder ter o material reciclado, e não têm. Então, já que está se fazendo nesse momento, a revisão do contrato, é urgente ampliar esse sistema, é urgente ampliar essa estrutura de recebimento dos recicláveis. É pontualmente isso.

Coordenadora Helena Magozo: Fechamos o outro bloco.

Márcio Mateus: Olha, vamos responder ao Gabriel, é o primeiro, é isso? Falou da AMLURB, das centrais, da vulnerabilidade. A Cristina. Associação de Moradores Santo Amaro, Eco ponto. Eu, na questão aqui, da Cristina, eu preciso falar o seguinte: quando você estabelece um Eco ponto, quando você estabelece um equipamento público, ele tem uma destinação pré-estabelecida. Diferentemente do que ocorre na administração privada. A administração privada, você pode fazer tudo o que a lei não proíbe. Na administração pública, só pode fazer o que a lei autoriza. Quando você monta um equipamento público, esse equipamento público tem uma destinação, ele está previsto em lei, e a que ele se destina. Você quer mudar a destinação por vontade própria, fora do que a lei autoriza, tal, isso é possível em um ambiente privado. Na iniciativa privada. Na iniciativa pública, não. Só se for mudada a lei. É uma vontade. Até entendo. Existe a vontade de fazer, mas ele tem uma destinação própria, está consubstanciada lei, e a que ele se destina. Eu não posso mudar isso. E nem a empresa que está lá, não foi contratada para operar compostagem, ela foi contratada para operar o Eco ponto. O recebimento desse material. Fora isso, ela tem uma proposta pessoal, que quer que seja viabilizada pelo poder público. Mas não é assim que funciona a máquina pública. Esse caminho é um caminho errado. A senhora me perdoe. A senhora está querendo impor uma situação para a administração pública, fora do formato legal. Eu acho que a gente deve buscar pela via legal. Aí sim. Esse formato não existe na administração pública.

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: Não, não. Eu estou dizendo do Eco ponto. Eco ponto é uma coisa.

Secretário Eduardo Jorge: Não. Infelizmente, não vai dar para estabelecer esse diálogo que seria excelente. Mas depois, nós vamos continuar em outras reuniões nossas. Vamos agora ouvir a posição dele, porque ainda tem mais 6 pessoas inscritas.

Márcio Mateus: Obrigado, Secretário. Então, essa é a questão. A questão da boca do PEV, ela tem estabelecida aí, com base em uma média de uso de resíduos recicláveis. Eu não posso ter uma boca

suficientemente grande, para jogar um ser humano lá dentro. Para jogar alguma outra coisa lá dentro. Tudo que existe tem uma razão de ser. Tem uma lógica. Antes de a gente criticar, a gente tem que entender. Pode até, por um determinado momento, vai restringir, realmente, algum tipo de reciclagem. Mas ele foi concebido para a maioria dos recicláveis. Quando nós colocamos a questão também, de áreas de Ecoponto embaixo de viaduto, o viaduto precisa ter pé direito que permita o uso do equipamento para coletar a caçamba, coletar o material. Nem sempre abaixo de viaduto tem essa condição. Então o que nós pedimos? Quando nós implantamos Ecopontos, os Ecopontos são implantados na seguinte conformidade: quem indica a área é a subprefeitura. A subprefeitura indica a área, é feita de forma consorciada. Ela vê a área disponível. Que ela é dona das áreas públicas do local. Ela indica para nós, nós fazemos um projeto básico. Feito esse projeto básico, nós abrimos um processo, fazemos o processo para implantação, destinamos o recurso, e a Prefeitura licita no local. Então é uma questão de escolha dela. Ela indica o local, e a gente só vê o seguinte: se atende os requisitos da lei de zoneamento, se pode se não pode, onde é, e se tem condições de operação para operar os equipamentos lá dentro. Essa é a lógica que informa a instalação de Ecoponto. Moisés Rizzo. Na questão de poda, eu vou pedir para o Vasques que é da nossa área de aterros, que está coordenando a questão aí, do Projeto Pampa, que o vereador Gilberto Natalini tem uma participação muito importante, e ele pode explicar um pouquinho melhor para vocês. Por favor.

Vasques: O Projeto Pampa, vão ser 4 centrais para o tratamento da poda e do material de roçagem. E atualmente, ele está na fase da busca das áreas. E que está batendo na mesma dificuldade já, aqui já levantada, da legislação. Então nós estamos atrás das áreas, e vão ser 4 centrais, para atender grupos de subprefeituras. Vai ser feito o tratamento da poda, produzindo briquete, e o composto da roçagem.

Márcio Mateus: Obrigado, Vasques. Depois nós temos aqui a 13, Senhor Gabriel Salgado, jornalismo na UNESP. Como ela pensa nas centrais de triagem e catadores. Questão da vulnerabilidade social, quais os procedimentos a serem tomados com a concessionária LOGA, diminuição dos materiais que vão para o aterro. Bom, o que eu posso dizer para você é o seguinte: já está previsto que quando vem uma alteração legislativa, vem uma modificação legislativa, o contrato tem que ser alterado, porque a lei tem que ser viabilizada, certo? Então isso ocorre. Isso é passível, e vai ser reajustado. E você tem duas formas de fazer alterações do contrato. Uma é ordinariamente, a cada cinco anos, e o outro é extraordinariamente. Então, pode ser feito. Obviamente, que você tem que negociar, você tem que conversar com a outra parte. É um contrato, ele também tem que anuir. Que você está fazendo um novo ajuste, em razão de lei, você tem que coordenar. E isso implica custos. Implica um novo rearranjo da equação econômico-financeira de um contrato. Então, você vai ter que rearranjar tudo isso. Não é simplesmente impor. Tem que reajustar tem que acertar e tem que verificar quanto isso implica de custo, e isso tem que ser aprovado, tem que fazer o ajuste, a aprovação que for necessária. Mas é viável. É passível de ser feito. Aí diminuição dos materiais que vão para aterro, como ajustar o contrato? Essa é uma realidade também. Nós já temos, no contrato, uma previsão que chama minimização de massa. Projetos de minimização de massa. Elas já estão previstas. Então os senhores devem ter visto no plano, no Plano, ocorreu o seguinte: o que nós fizemos? Nas estações de transbordo, hoje, nós estamos fazendo um programa de minimização de massa. Como é que ela ocorre? Na nova estação de transbordo, Ponte Pequena, já foi prevista uma base, uma instalação embaixo do transbordo, onde eu posso trabalhar... Eu falo baixo assim, ela é feita de forma elevada, e é uma estação onde eu posso fazer uma redução ali, e trabalhar com mil toneladas/dia. A nossa intenção é pegar o outro transbordo lá em Santo Amaro, e diminuir mil toneladas/dia. São programas. Estão previstos. Aí é questão de ajustar com as empresas. A gente já começa a fazer uma diminuição. Existe sim, essa possibilidade, existe a possibilidade, como a gente falou, de diminuir a geração, reduzir na origem, e se esses preços, aí eu

acho que vem a pergunta sua, é verdade. o re-equilíbrio de um contrato. Um contrato, ele tem um equilíbrio, ele tem uma equação econômica financeira. Por exemplo, eu vou dar um exemplo para os senhores: acabou a CPMF. Nós depreciamos esse valor no contrato, a favor da Prefeitura. Se melhorar, diminuir o resíduo tem gatilho. Se diminuir o resíduo, eu disparo o gatilho para reajustar o contrato, em favor da Prefeitura. Não vou gastar o mesmo dinheiro, se diminuiu o resíduo em quantidades já previstas, um percentual, um disparo de gatilho. Para mais ou para menos. Então, essa cobertura contratual existe. Se era essa a preocupação, e a gente quer que diminua. Eu quero que diminua. A cidade precisa que diminua. É isso. E vai ser a depreciação, vai ser depreciado no contrato. Existe essa possibilidade, está previsto em contrato, se é essa a sua pergunta, como eu entendi. A questão do Movimento dos Catadores, do Davi. Davi, certinho, Protetor recebedor, está certo. Eu falei para vocês o seguinte: vocês podem ter certeza que a contribuição do catador para a cidade, é uma contribuição enorme. E a gente não vai deixar nunca que se exclua a figura em qualquer processo, do catador. Vocês fazem parte da história, da preocupação com o resíduo na cidade. Em termos de agência ambiental, a figura do catador. Ele é o primeiro agente ambiental, e que nasceu, genuinamente, no contexto social. Nós temos um grande respeito pelos catadores. Pode ter certeza. E não estou falando isso como discurso. Estou falando isso como prática. E você tem essa preocupação do Plano, construção de novas centrais. Cara, esses locais que eu falei para você, de minimização de massa, vai ser operado por central de catadores. Por cooperativa de catadores. Se eu tiver chance, se sobrar um prédio para mim aqui, onde era o antigo serviço funerário, eu pretendo fazer um grande polo reciclador. Quando eu falo eu, falo pelo órgão. Eu sou aqui, o órgão. Eu sou o órgão aqui. Quando eu falo eu falo pelo órgão. Nós pretendemos fazer isso. Pretendemos fazer um grande pólo de reciclagem, todo operado por cooperativa de catadores. Com centro de instrução, com capacitação, com tecnologia de ponta. Pode ter certeza que isso é o objetivo nosso. Nós queremos isso. Inclusive, conversamos com a área federal, para nos ajudar nesse processo dessa área, viabilizar. Mas isso, facilitando. Não é pegando os 25% para travar os 75. Isso eu não vou deixar, e não vamos deixar mesmo. Porque senão, aí, eu não consigo fazer o que precisa ser feito. E quero a colaboração de vocês nesse sentido. Para me ajudar. Está bom? A questão do Alexandre Falcão, Zona Leste, ampliação da coleta seletiva. Você fala, Valdecir dele? Mas é o seguinte: é aquela pergunta que nós respondemos inicialmente. A parte de educação ambiental. Nós vamos melhorar a educação ambiental, a previsão de elevar os níveis. Eu preciso a cidade precisa de mais educação ambiental. Mais campanhas. Nós já fizemos agora, uma campanha, não sei se vocês perceberam, de sensibilização, chamada: “Eu limpo São Paulo”. Há tempo que São Paulo não tinha uma campanha dessas. Quando eu falo nós, as empresas. Nós não demos modelo. Ela faz de forma institucional, sem aparecer a estrutura pública e ela está fazendo. “Eu limpo São Paulo.” Por que “Eu limpo São Paulo”? Porque são 11.324.000 pessoas para sujar, e eu tenho 12 mil para limpar. É isso. E é a voz daquele cidadão que está na rua, que limpa todos os dias, que passa incólume. Ele é praticamente um anônimo, é um ser invisível. A maior frustração do agente ambiental, varredor de rua, que limpa as ruas da cidade, é ser um personagem invisível para a maioria da população. É dolorido para eles. A população não valoriza aquele agente que limpa, que garante, todos os dias, a salubridade dela. Ela vê como um empregado. A gente tende a ver como empregado. E esse sentimento, ele passa por diversas outras categorias. Eu não sei se atendemos ou se não atendemos, se falta mais alguma coisa.

Secretário Eduardo Jorge: Não. Já houve a inscrição na época certa. Você continue a lista, por favor.

Coordenadora Helena Magozo: Então, agora nós vamos para o último bloco, então é o Deodoro, da SVMA, o Valdir, do CADES Guaianases, a Florence do ICLEI, o Eduardo Jorge, a Guerra Elizabeth, a Nina, e o Secretário cedeu também, para o Nabil estar falando. Por favor, Nabil.

Secretário Eduardo Jorge: Só uma coisa, amigo. Eu não sou liberal nem autoritário. Eu procuro dirigir uma assembléia como essa com regras. Isso vale na democracia participativa e representativa. Às vezes, a gente é obrigado a dizer não. Têm que ter regras. Isso vale na Câmara de Vereadores, na Câmara Federal, e vale em uma assembléia participativa. Desculpe, mas eu tenho que seguir a regra. Não sou liberal, nem sou autoritário. Quero ser apenas, equitativo. Realmente você pode dizer: mas você abriu exceção para um. Abri. Abri. Não costumo fazer isso. Você sabe bem porque você está comigo todas as reuniões do CADES. Abri porque estamos em um período muito particular, que é a questão das eleições, o Nabil Bonduki é candidato a vereador, foi lá do Ministério do Meio Ambiente, relativo a essa questão do lixo, ele trabalhou lá. Então abri uma exceção para ele. Fiz isso conscientemente. Abri exceção. Você sabe muito bem que isso é uma exceção. Ele vai estar lá, têm os 3 minutos dele também, como cidadão, para poder falar, e eu fiz isso conscientemente, porque eu não quero aqui, depois, que seja dito que eu cerceei a palavra de uma pessoa que é candidata, em um momento como esse. Vamos adiante.

Deodoro: Eu queria cumprimentar a mesa pela exposição. Cumprimentar, principalmente o CADES por esse excelente encontro proporcionado a toda a população. E queria fazer algumas perguntas, algumas colocações, sugestões ao diretor Márcio Mateus. Eu gostaria que fosse esclarecido para a população, ou aqui para a platéia, qual o valor dos contratos pagos mensalmente por LIMPURB, ou por AMLURB. A sua visão hoje, da questão da inflexibilidade dos contratos. O senhor já falou alguma coisa, mas inicialmente, quando o senhor iniciou nesse trabalho, o senhor comentou sobre a inflexão dos contratos. Inflexibilidade dos contratos. E outra questão sobre essa parte da publicidade sobre o lixo, que fosse incluída uma ampliação de que a população deve reclamar, para avalizar o contrato. O senhor disse que tem o grau ótimo, grau bom, grau regular e grau péssimo. E a população precisa, realmente, demonstrar a sua satisfação, ou insatisfação, para que essa nota chegue aos contratos. E esse contrato seja avaliado monetariamente. Eram essas minhas questões. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Valdir, por favor.

Valdir: Bom dia. Parabenizar... Nós aqui, do CADES de Guaianases, eu sou da Associação Cultural de Resistência Afro-Brasileira Quilombo Guaianases, sou do Conselho de Meio Ambiente, parabenizando aí o Eduardo Jorge, Natalini que estava aqui. Joana, a Nina, a Vanda que está lá, da Subprefeitura de Guaianases. A nossa preocupação... E depois, parabenizar também aí o Márcio, na sua apresentação, foi muito importante. Mas aí, eu quero saber como que a parceria, como nós, os Conselhos, ou mesmo a sociedade civil, pode atuar nesse projeto e como que ele vai ser feito de ações afirmativas, realmente, para que aconteça esse projeto que foi colocado aqui pelo senhor Márcio, para nós aqui, que eu vejo, muito importante. Então, primeiro, como o CADES pode ter continuidade e orientações para o cumprimento das metas em defesa do meio ambiente, e propor propostas na audiência, o orçamento para 2013, conforme a audiência de 24/8. É uma discussão que cada um poderia trazer de informações para nós, como também aí. Segundo, cumprindo a meta, o CADES da Subprefeitura de Guaianases teve a aprovação da Secretaria de Serviço, de área verde, municipal, na Rua Passagem Funda para central de triagem em Guaianases, atendendo a abaixo-assinado que o CADES de Guaianases encaminhou, a implantação será até o término de 2012. Quantas metas não foram cumpridas, e por quê? Da Agenda 2012, programa de metas da cidade de São Paulo, emenda 30 da lei orgânica. Como e quais orçamentos para continuação da implantação dos sítios geológicos que são três áreas em Guaianases, que já estão em visitaçao, com o apoio do CADES de Guaianases. Estamos com a implantação do programa Escola Estufa, no plano de metas 116 Cidade Sustentável. Estamos com a implantação dos PEVS – Posto de Entregas, justamente de resíduos, que é uma discussão, que como nós vamos continuar trabalhando. Se isso tem apoio de orçamentos? E como melhorar os contratos de

licitações de serviço para os Parques Lineares? Porque nós já temos o Parque Lajeado, e o Parque Guaratiba. Se, tem orçamento para isso. Então, enquanto isso, também eu quero aproveitar, nesse meu tempo, que a UMAPAZ, através dos DGDs, e o “Cadão”, trazer a qualidade da educação ambiental, para a zona Leste, descentralizar essa discussão. Porque nós estamos prejudicados. E o FEMA tem que ser melhor informado, porque a gente não consegue avançar, com essa questão do FEMA e as parcerias. Muito obrigado.

Florence: Ah, obrigada. Florence Laloe, Secretária Executiva do ICLEI, membro do Comitê Municipal de Mudanças Climáticas. Muito rapidamente, parabenizar a Prefeitura por apresentar o Plano. A gente sabe que o prazo colocado pela Política Nacional foi bastante curto, então fica aqui os parabéns, nesse início de discussão. Nós fizemos, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e apoio da Embaixada Britânica, alguns estudos técnicos que embasaram o manual que alguns já citaram o manual de orientação para elaboração dos planos. É um manual bastante rico, porque justamente, propõe um roteiro básico para elaboração dos planos, tanto estaduais como os planos de gestão integrada, todos os elementos que devem conter. E aqui eu gostaria de ressaltar, eu acho que vale essa discussão aqui em São Paulo, que é líder municipal na questão climática, com a política municipal e tudo, enfim, uma maior interface aí, apesar de já ter os aterros e aproveitamento energético em dois aterros aqui em São Paulo, acho que vale um pouco essa interlocução maior com a questão climática, e vários outros elementos que o manual coloca. O manual está à disposição de todos. O Nabil Bonduki, aqui presente, vai falar um pouco melhor desse processo, como que foi feito, mas gostaria aqui só de deixar os links e pedir a permissão para entregar os manuais aqui aos representantes do CADES. O manual não é só para os gestores. O manual é para a sociedade civil, para os consultores e setor privado, enfim, todos que estão envolvidos, de uma maneira ou de outra nos planos. Na porta tem para todo mundo os manuais, mas ele pode ser baixado também. Então, nosso site é iclei.org.br/residuos. Estamos agora com o curso EAD. Isso também não é propaganda, mas é bastante importante porque junto com a MMA é justamente a idéia é dar essas bases, essas diretrizes e garantir aí, que os planos sejam feitos com qualidade, e as metas da política nacional e do plano nacional sejam atingidas. Então, o EAD é www.eadresiduos.org.br. Fica aqui o convite para a Prefeitura, aos gestores, e à população de modo geral. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Elizabeth e depois o Eduardo Jorge.

Elizabeth: Bom dia. Nós fizemos, há mais de 5 anos, uma organização da sociedade civil, de interesse público. E a nossa meta, na verdade, é encontrar um parceiro universitário, que possa aplicar aqui, no Brasil, uma tecnologia natural, que é lá chamada macrotecnologia de compostagem de grandes toneladas. Na verdade, só isso é a nossa meta. Marcada pela compostagem, desde a infância, tenho uma pequena composteira em casa, muito parecida com essa sua, mas eu acho que o grande problema brasileiro é conseguir compostar a parte orgânica nos pequenos municípios, que precisam. Na Europa, talvez não precise mais tanto composto. Mas nós precisamos do composto. Ontem eu estive na geografia da USP, onde um jovem relatou que todos os problemas provocados pela natureza, não provocados pelo homem. Então, a nossa meta, como OCIP é esta. Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Bem, eu queria fazer uma colocação, doutor Márcio, que eu morei em São Mateus 14 anos. E agora eu estou morando na Vila Mariana há 20 anos. Quando eu morava ali em São Mateus, Itaquera, ali na fronteira, eu tinha um aterro sanitário na porta da minha casa. E o lixo da Vila Mariana, de Moema, de Pinheiros, Santo Amaro, ia para lá. Quando eu vim para a Vila Mariana, o meu lixo agora, vai para São Mateus. E isso daí, realmente tem a ver com essas restrições no estabelecimento dos locais que vão tratar o lixo, de cada um. Portanto, o que eu quero, eu que moro na

subprefeitura da Vila Mariana, é que haja o máximo... Claro que lá não pode ter aterro sanitário. Não dá. É uma instituição quase marcada para morrer de extinção. Mas eu quero que na Vila Mariana, onde eu moro, e vou morar ainda algum tempo, tenha muito mais espaço para reciclagem, para compostagem e Ecopontos. Isso eu quero. Eu, como cidadão que moro na Vila Mariana, e digo mais, só assim os cidadãos da Vila Mariana vão pensar mais em relação ao lixo que eles produzem. E que magicamente, vocês levam da porta da casa da gente, como se tivesse uma varinha mágica. De três em três dias. Primeiro ponto é esse. Realmente precisa mudar a legislação. Eu tenho insistido nesse ponto, a partir do diagnóstico de vocês, que eu aprendi isso. Que do jeito que está o Plano Diretor e a lei de zoneamento, nós não teremos isso. Tem que mudar. Está errado. Hoje, a consciência é outra. Esse plano diretor e a lei de zoneamento foram feitos em outra época. Tem que mudar. E tem que ter central de triagem na Vila Mariana. Tem que ter compostagem na Vila Mariana. Tem que ter Ecopontos, dois, três, quatro, na Vila Mariana. Essa é uma reivindicação. A segunda reivindicação é que eu acho que tem que ter uma meta, eu acho que o Plano que vocês fizeram é excepcional. Eu digo que eu li de ponta a ponta, no outro dia, que o Diário Oficial chegou, me tranquei e li todo. É excepcional. Quem critica, critica, às vezes, sem ter lido ele todo. É claro. Não é um plano fechado, nem acabou. Vai sendo reformulado. Eu, por exemplo, reivindico que haja uma meta de redução de lixo. Mais importante do que reciclagem, é reduzir lixo. Vou repetir. É uma coisa que às vezes a pessoa não admite, mas redução é mais importante do que reciclagem. Em vários aspectos. Inclusive, na redução do lixo doméstico. A dona Elizabeth falou: é possível sim, reduzir o lixo doméstico, fazendo compostagem em casa. Eu aprendi isso. Eu também não sabia disso. Aprendi. Aproveitando a intervenção da dona Elizabeth, eu pergunto aqui, só para a gente ter uma noção, em um público de elite, como esse: levanta a mão quem faz compostagem doméstica dentro de casa. Você vê? Nem 1/3. Em um público desse. Nem 1/3 faz a compostagem dentro de casa. Então, essa questão da redução, que começa dentro da nossa casa, eu acho que falta no plano. Tem que ter uma meta muito clara de como São Paulo vai reduzir esse absurdo de lixo que produz todos os dias.

Nina Orlow: Rapidamente. Eu faço parte de vários movimentos, de várias redes. A Rede Nossa São Paulo, o Grupo Empresarial pela Coleta Seletiva do Instituto ETHOS, o Grupo Pró-Compostagem, e Agenda 21, incentivo ao fortalecimento dos CADES regionais, que trabalham junto com a Agenda 21 local, em uma cidade com 31 municípios, na verdade, aglomerados. E venho aqui dizer que infelizmente, nenhum desses grupos foi chamado para poder contribuir. Inúmeras vezes foi solicitado participar, contribuir com o Plano, e a gente realmente ficou assim, se pudesse resumir em uma frase o que o Plano realmente ficou devendo, é um cronograma físico financeiro, e metas e indicadores claros de como vai colocar tudo isso em prática. Nós não queremos ficar procurando, lá no site da Prefeitura, quanto foi, que foi pago, que não foi pago, se mudou, se não mudou. Eu acho que isso tem que fazer parte do plano. Um cronograma claro, e quanto de recurso que está sendo implantado, e pode ser a longo prazo, a médio e a curto. E ainda bem que o CADES fez um grupo que trabalhou com sugestões, e que essas sugestões foram incorporadas no Plano, porém faltam realmente, essas metas e indicadores e os valores. E por último, perguntar quando que será feito o concurso para a AMLURB. O concurso de funcionários, como a lei determina. Obrigada.

Vereador Nabil Bonduki : Bom, bom dia a todos e a todas. Eu sou Nabil Bonduki, sou professor da USP, e fui durante um ano e meio quase, um ano e quatro meses, Secretário Nacional de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, que é responsável pela implementação da Política Nacional de Resíduos, período em que nós elaboramos o plano nacional de resíduos. Queria agradecer o Eduardo, a possibilidade de estar falando aqui, embora eu tenha chegado atrasado. E eu quero falar fundamentalmente, em função do trabalho que foi feito e como ele se desdobra aqui, e eu queria só

fazer uma sugestão, que eu acho muito importante, Eduardo, que é sobre o processo de desdobramento daqui, do Plano. Nós temos que entender essa versão, que eu acho que como versão preliminar, acho que é uma versão interessante, acho uma versão que contribui, vamos dizer assim, bastante para discussão e para reflexão sobre o problema, mas eu acho que nós temos que entender ela como uma versão preliminar do início de um processo participativo para discussão de um Plano definitivo para a cidade de São Paulo. Assim como nós fizemos no Plano Nacional, onde foi constituído um grupo de trabalho específico, com representação da sociedade, claro que era uma perspectiva nacional, portanto eram entidades nacionais, mas os municípios estiveram representados por suas entidades nacionais, a sociedade civil, os empresários, as empresas, e a partir de um estudo técnico, feito pelo IPEA, foi debatido com o conjunto das entidades, para poder chegar em uma versão que pudesse ir para um processo de consulta pública. E o processo de consulta pública, ele não era uma audiência pública. Acho que nós temos que entender que é muito difícil, em um processo como esse, chegar a alguma conclusão. Era um processo de dois dias, em cada região do país, onde se apresentava depois se dividia em grupos de trabalho. Para cada grupo de trabalho um assunto, para, a partir daí, tirar propostas de mudança e chegar numa uma plenária final. Então, eu acho que nós temos que ter um processo desse tipo, porque têm vários assuntos que foram abordados, eu não vou entrar aqui no conteúdo, concordo que muitas coisas foram faladas aqui, mas acho que não cabe, nem temos tempo para isso. Mas hoje temos um processo que as questões estão sendo discutidas. Inclusive, essa questão, que me toca particularmente, questão do Plano Diretor de zoneamento, porque eu participei como relator desse projeto. Na época, tiveram várias audiências públicas, ninguém levantou essa questão. Inclusive, é discutível se é NR3 ou não. Se é não residencial 3, esses equipamentos, porque a lei do zoneamento não diz explicitamente isso. Mas eu não quero entrar no conteúdo aqui. Acho que isso tem que ser um grupo de trabalho, dentro de um processo para poder tirar do plano, de tirar um plano que inclusive identifica onde... como devem ser distribuídas essas centrais de triagem, para poder então, a partir daí, a gente ter... assim como as questões de redução, as questões de logística reversa, que tem que estar articulada com a questão da reciclagem, é muito complexo o problema. Eu aprendi muito, aprendi muito nesse ano e meio. Eu sei que é difícil a gente avançar em uma política, mas nós temos que avançar, com participação de todos os segmentos. Porque o resultado que vai ser alcançado, a meta que precisa ter eu concordo com o que a Nina falou aqui, é muito importante ter indicadores, metas, essas metas vão ser alcançadas com a participação de todos os segmentos. Portanto, todos eles precisam estar envolvidos na elaboração definindo claramente. Inclusive, qual é o papel de cada um. Inclusive de nós, das pessoas, do cidadão, que tem que ter um papel também, nesse resultado final. Não cabe só à Prefeitura. Assim como não cabe só à Prefeitura chegar a um resultado, também não cabe só à Prefeitura elaborar. Cabe, portanto, um processo participativo mais amplo, que nós precisaríamos ter daqui para frente. Esse manual que nós fizemos junto com o ICLEI, ele tinha exatamente esse objetivo, de preparar não só o gestor, inclusive, nós trouxemos aqui, para poder as pessoas lerem terem acesso e, a partir daí, poder participar com bastante propriedade no desenvolvimento desse tema. Obrigado.

Márcio Mateus: A Dona Elizabeth que falou a respeito da compostagem, da macrocompostagem. Dona Elizabeth, sua contribuição é bem-vinda, nos ajude. A gente está aberto a novas percepções. É isso mesmo. Então se a senhora tem uma vida dedicada a isso, a senhora deve ter conhecimentos riquíssimos. Que eu gostaria de poder compartilhar com a senhora, para nos ajudar nessa questão. Está bom? Isso é o que eu posso dizer para a senhora com tranquilidade. Vou responder aqui ao Secretário Eduardo Jorge, que morava em São Mateus, e mora na Vila Mariana. Eu também morei muito tempo na zona leste, morei mais de 30 anos na zona leste. Morei no centro e na zona leste. E a

gente sabe. Tudo que é ligado a lixo, a resíduo, é alguma coisa que as pessoas querem longe delas. E isso faz realmente... alimenta a lógica da mágica. A lógica da mágica, do imaginário. Que as pessoas não se preocupam com isso. Não vê. Está longe. Não sente o cheiro. Não sente a dificuldade. Não sente nada. E essa estrutura é isso mesmo. Nós precisamos ter soluções próximas dos centros geradores. Nós temos que aproximar a solução do centro de geração. Essa é a solução correta. A percepção correta. A percepção do Secretário Eduardo Jorge é a percepção apurada de toda experiência dele, e da interação com o problema. E é isso mesmo. Esse é o melhor. Hoje nós estamos indo para a solução cada vez mais longe do centro de geração. Vamos mandar para onde, ainda? Daqui a pouco não tem mais área. Não tem área para nada. Para aterro, tal. O aterro, ele vai morrer por falta de condições. Não tem mais lugar para fazer, para aterrar. Eu fico, às vezes, um pouco preocupado com a questão do aterro, para colocar uma coisa para os senhores também. São Paulo tem aterro sanitário de primeiro mundo. Desde 74. Bons aterros. É uma forma de tratamento, que demanda anos, mas é uma forma de tratamento. Não é o melhor, mas ainda, alguns países... por exemplo, Nova Iorque manda, o pessoal, de repente... A satanização repentina me preocupa. A satanização do aterro sanitário. Nova Iorque manda o lixo dela para 500 milhas de distância, para aterro sanitário. E faz isso. Por questões econômicas. Não é por questões ambientais. E a gente tem essa preocupação. Aqui não. Nós temos que colocar o viés ambiental em toda essa questão, e nos preocupar. Diminuir a redução na origem, facilitar a reciclagem, o reuso de materiais, estabelecer a responsabilidade compartilhada em logística reversa. A Prefeitura atua forte nisso. A Prefeitura atua sozinha, praticamente, nisso. Agora que estão entrando os novos atores. Historicamente, a Prefeitura, catadores, são os primeiros, é real, essa é uma realidade, eu não posso... Temos que deixar aqui. Foram os primeiros. Prefeitura e catadores. Era assim que começou a questão do lixo na cidade. Começou assim. Teve diversas iniciativas. Eu tenho o primeiro contrato que está aqui. Quem quiser, veja no livro. O primeiro contrato que foi formado na cidade de São Paulo. Como era a questão, como era tratado o lixo? Tem todo o histórico aqui, real, documentado. E a gente está tratando essa questão colocando para os senhores. Vamos trazer, vamos nos preocupar, mas em um primeiro momento, nós temos que tomar cuidado com a satanização exagerada da questão, ainda, do aterro. Quando boa parte desse país nem sequer aterro sanitário tem. São Paulo já era modelo. Hoje, os nossos aterros, os nossos passivos estão sendo revegetados. Agora, ele demanda monitoramento de 100 anos. O pessoal fala aterro é barato. Mas no final, 100 anos de monitoramento é caro, é muito caro. E essa é uma questão. A gente também tem que colocar esse tempo todo, da responsabilidade por aquilo, no custo, na questão do aterro. Eu estou só citando algumas coisas, para reflexão com os senhores aqui. Estou compartilhando conhecimento para os senhores enezimarem os seus. É isso que eu busco aqui. A questão de metas, ainda. É uma questão a se pensar, e a gente precisa pensar, para redução de metas, eu tenho que ter um método. Eu preciso do método. Como fazê-lo? O método melhor. E aí vem a questão da contribuição da melhor metodologia. Como fazer isso para a gente acertar isso, que seja factível, que seja exequível, que seja do ponto de vista da gestão pública, que seja real, realizável? Porque nós temos o mundo real, e o mundo da especulação. O mundo operativo e o mundo especulativo. Um colabora com o outro. É assim que funciona. Então a gente tem que ter essa preocupação na hora de operar tudo isso, qual é o melhor método, qual é o método adequado, que a gente consiga, realmente, efetivar. E aí, Secretário, com humildade, nós precisamos muito da contribuição do CADES, de todo esse conjunto de pessoas que o senhor tem aqui, para nos ajudar. A questão da Nina, da Rede Nossa São Paulo, os grupos que não foram chamados para contribuir com o plano. O que eu posso falar é parte da Secretaria de Serviços. AMLURB deu a contribuição dela. Nós não fizemos o Plano. Nós demos a nossa parte, do nosso serviço, contribuimos com os dados para o plano. É isso que eu queria colocar. O Plano é uma

construção coletiva, a municipalidade. É isso. Eu coloco aqui, o Plano, como uma construção coletiva. Quem fez o Plano Nacional de Resíduos? Não sei. Também não sei. A sociedade civil, todos nós fizemos. É isso. Então essa é uma colocação que está aqui, que eu preciso deixar para os senhores. O que nós fizemos aqui, quando abri a minha exposição, foi contribuir com o plano, com os dados que eu opero de quem opera serviços e contribuiu com o plano. Eu quero deixar isso claro para os senhores. E aí, e teve a participação do CADES, que ajudou. Então nós contribuímos. Nesse buquê, coqueiro, como chama, nós damos algumas flores, outros deram outras outros tiraram, outros colocaram. É um processo inédito aí, de participação de muitas pessoas. Concurso para a AMLURB. Ótimo. Eu anuncio aqui, nós estamos preparando o concurso, vamos fazer o concurso. E eu gostaria de contar com todo o pessoal que tem conhecimento, que quer ocupar esses cargos, que quer exercer, então é uma oportunidade boa, excelente, para a gente trazer profissionais gabaritados que queiram disputar essa vaga, e exercer a sua competência de forma produtiva frente à administração pública. No caso, na autarquia pública, que é a AMLURB. Nós já estamos quase que fechado o modelo, e acredito que brevemente aí, os senhores terão a notícia. Não quero antecipar, dar datas, porque aí depois a gente fala, cria, e nós ficamos escravos do que... de uma meta que tem uma série de passos ainda, a serem tomados. Mas essa é a questão. Vai sair sim, e eu gostaria muito de contar com gente qualificada, disputando esses cargos. Cronograma físico financeiro. Aquilo que eu falei para a senhora, como eu vou estabelecer um cronograma físico-financeiro, ou no caso, a administração, se ela ainda tem o quê? Nós ainda precisamos definir métodos, as metas. Precisamos negociar, precisamos conversar. E isso vai ser feito. É uma evolução. Ele não é um plano acabado. Óbvio que não é um plano acabado. Eu gostaria de falar: cronograma físico vai despender tanto aqui, tanto ali, tanto lá. Isso vai chegar. Há um momento que isso vai ser viabilizado assim, mas negociado. Como nós falamos, nós herdamos aí, alguns contratos. Esses contratos precisam ser revistos. Precisamos chamar negociar, ver o que é possível. Nós já estamos fazendo isso. Para começar: *“olha, o que você pode fazer na redução de massa? Reduzir lixo. que campanha nós vamos fazer? Vamos melhorar. Vamos reinvestir.”* Isso está sendo feito. E aí, eu vou fazer um cronograma físico. O cronograma físico é a última etapa. Não é a primeira. Só que tem um trabalho amplo, de negociação, com todos os atores, definição de métodos, o que nós vamos utilizar o que é mais rentável. Nós estamos trabalhando com gestão pública, com dinheiro público. Está certo? Isso vai ser feito, agora, a seu tempo. Mas o plano tem, ele vai perseguir essa meta e aí o cronograma virá, pode ter certeza disso. Deodoro é o seguinte, Deodoro, valor dos contratos, está aqui, te dou aqui. Está na mão, aqui. A LOGA, hoje, a remuneração dela é R\$ 26.856.215,00, é o que se paga de tarifa mensal. A tarifa mensal original começou com R\$ 19.000.000,00, hoje está em R\$ 26.000.000,00. É isso. Por quê? Porque todo ano o contrato sofre um reajuste anual, por lei. Quase 70% desses valores são de reajustes anuais. E ainda falta fazer o primeiro reequilíbrio ordinário do contrato, ainda não foi feito. Então essa é a questão da LOGA. Isso está como eu falei, no portal nosso. Esses dados estão disponíveis. O contrato inicial ECOURBS, como a área dela é maior, ela tinha a tarifa mensal no início do contrato na versão inicial, era de R\$ 20.997.836,00 e hoje está em R\$ 28.160.273,74. São esses meus dois contratos, eu divido por 11.324.000 pessoas, aí os senhores vão ver o custo real do serviço prestado, e os senhores vão ter uma surpresa. Nós ainda fazemos coleta com um dos preços mais baratos do mundo. É o que nós pagamos ainda.

(fala sem microfone)

Márcio Mateus: Da LOGA e da SOMA está mais ou menos nesse perfil aí. Mas elas são em torno de R\$ 30.000.000,00... Mas eu posso deixar R\$ 30.000.000,00, em torno disso, para não dialogar. Valdir, da Associação do Conselho Meio Ambiente. A publicidade sobre o lixo, a população precisa demonstrar

sua satisfação. O primeiro de controle social, ok, nós já fizemos nesse primeiro contrato. Só para vocês terem uma idéia, vai ser feito uma pesquisa de satisfação pela FIP. A FIP audita os processos. E essa pesquisa de satisfação vai indicar o fator depreciativo ou não da satisfação da população em relação à contrato. É algo novo, Deodoro, é inovador. Precisa de ajustes, vai ser ajustado. Falo para você, é um instrumento bom para eu ter no contrato de concessão, você tem razão, gostaria. Só que quando foi concebido não foi pensado em uma forma de controle social. E agora eu tenho que negociar com o (incompreensível) do outro lado, para fazer isso. E o contrato é uma via dupla. Ele não estava previsto isso. Ok? Valdir do Conselho de Meio Ambiente do CADES de Guaianazes. Como será a parceria... Só para complementar, tem várias perguntas que o Valdir fez que estão afetas ao CADES, uma questão mais próxima. O que eu posso falar de implantação de PEVs, o pessoal está vendo essa figura do PEV... é até importante os catadores também entenderem o que é o PEV. Nós temos, hoje, duas formas de fazer captação de reciclagem: uma é a coleta porta à porta, dentro da coleta domiciliar diferenciada; e outra em pontos de entrega voluntária. O que nós fizemos? Temos pontos de entrega voluntária nos Ecopontos e nós distribuimos, fizemos 1500 PEVs que constituem daqueles, o pessoal chama de containers, naquele contendor de 2.500 litros, as empresas estão encarregadas de fazer isso, está no novo contrato, eles serão chipados, você sabe a localização, pode ser remanejados. O ideal é que nós tivéssemos aquilo, cada um colocado no lugar onde tivesse administração, e que alguém pudesse zelar pelo mesmo. Fizemos consultas a vários órgãos, a muita gente, quem queria receber, explicamos o que era, mostramos o modelo, a que se destinava, muita pouca gente se interessou. Agora é uma mudança. O que nós queremos? Onde estão sendo instalados? Em locais que as pessoas vão habitualmente, ninguém precisa mudar os seus hábitos para descartar seus resíduos. Se ele quiser levar o reciclável dele quando ele vai para a escola, quando ele vai ao posto de gasolina, ele vai nos lugares onde habitualmente vai, ele vai e leva o reciclável. É uma forma um pouco mais barata de você coletar, do que ir de porta a porta, porque o cidadão leva o reciclável. Depois de coletado vai para as centrais de triagem, a não ser que ela não tenha capacidade de receber. Ok? Vai para as cooperativas conveniadas com a Prefeitura. Essa é a destinação. A Florence, mudanças climáticas, estudos técnicos, roteiros básicos, etc.. Nós já conhecíamos esses manuais, já tinham sido distribuídos anteriormente. Acho que toda administração conhecia. Houve ampla divulgação, o pessoal usou. Toda informação é sempre importante. Deixa eu ver o que mais. Elisabeth. Acho que nós fizemos praticamente o... Agora tem o... Eu não sei se eu chamo o arquiteto Nabil Bonduki ... E a gente tem um grande respeito pelo trabalho. E a gente fala: realmente, o plano precisa ter seus desdobramentos, por isso que é plano. O plano é uma concepção, ele vai ter desdobramentos, nós temos que aperfeiçoar. E depois vamos pensar os desdobramentos dele, até chegar nos detalhamentos efetivos dentro da ação executiva, do poder executivo. Dentro da gestão pública, da administração pública, a quem cabe planejar é o executivo. Por isso que existe uma estrutura para planejar, pensar, e conta com a participação, com as colaborações públicas, mas cabe a ela realizar. São essas as que eu tinha, em tese, para colocar. Agradeço a participação de todos. A priori, é isso. A gente procurou trabalhar aqui, primeiramente com verdade, procurar responder as perguntas dos senhores com verdade, pelo menos nossa humilde verdade.

Secretário Eduardo Jorge: Eu vou aqui, enquanto Presidente do Conselho Municipal, e como participante do Comitê Climático, em nome do secretário Bucalem e do Volf, que eu não vou fazê-los subir novamente a escada, dizer que ainda temos alguns itens da nossa pauta específica. A Conselheira Cristina Antunes incluiu um ponto de pauta no final do Conselho Municipal de Meio Ambiente. E o Adalberto Maluf, que é do C40, também pediu uma questão no Comitê. Então tem uma questão do Comitê e do Conselho Municipal, que eu peço que os membros, titulares e suplentes, ainda permaneçam mais um pouco. Mas eu vou, nesse momento, encerrar esse item da pauta dos dois

órgãos colegiados, participativo da Prefeitura, agradecendo ao Márcio Mateus e sua equipe que ficou conosco 3 horas e 45 minutos aqui, discutindo conosco, em mais esse encontro de discussão que o Conselho Municipal está fazendo aqui na cidade, em relação aos resíduos. E faço esses agradecimentos. Quero que estenda o agradecimento ao Secretário Dráusio Barreto, que Secretário de Serviços, da cidade de São Paulo. Pelo que eu calculei aqui, com a minha experiência, cerca de 300 pessoas passaram por aqui. Agora, temos umas cento e poucas pessoas. Mas 300 pessoas passaram por aqui, durante esse período todo. O que foi um acolhimento muito grande da comunidade ao chamamento do Conselho Municipal e do Comitê de Mudanças Climáticas. Eu agradeço a todos que permaneceram até o final. E faço três observações, Mateus, ainda, espero que você leve para o secretário Dráusio e sua equipe. A primeira delas é que existe os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz eleitos, e é lei municipal, aprovada na Câmara Municipal em cada uma das subprefeituras, às vezes esses Conselhos foram eleitos por mais de mil pessoas que votaram, e elegeram pessoas voluntárias, que estão lá participando dos conselhos, que é coordenado pelo subprefeito de acordo com a lei. Isso é um esforço de descentralização e participação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, e acolhido pela Câmara Municipal, portanto, virou lei, muito importante. Então eu queria chamar atenção de vocês, AMLURB, o Secretário Dráusio, levassem em conta isso, que vocês tem, hoje, essa estrutura participativa nas subprefeituras, voltadas para desenvolvimento sustentável e cultura de paz, coordenada pelo subprefeito. Então eles geram demandas em questões, que de alguma forma sua equipe também é pequena, mas começasse a interagir, via subprefeituras, com os Conselhos de Desenvolvimentos Sustentáveis, que é uma extensão, é uma parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente. E que foi para Guaianazes, para Grajaú, para Perus, porque antes o Conselho era só no centro, agora ele está em toda cidade. Os Conselhos de Desenvolvimentos Sustentáveis faz parte do Conselho Municipal de Meio Ambiente. A segunda questão é em relação às novas questões, e mesmo as questões colocadas aqui, que o Iervolino, por exemplo, está inconformado. Veja, esse debate não se acaba nesse momento, como você mesmo falou, o plano continua em discussão. O que nós do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Comitê de Mudanças Climáticas podemos oferecer para vocês e para os cidadãos é que qualquer questão que foi insuficientemente respondida, ou qualquer questão nova que surgiu no próprio processo de diálogo, aqui feito, coloque no papel, entregue na Coordenação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, e nós vamos dirigir para o Secretário, para AMLURB, vamos encaminhar essas questões. Pelo menos o Conselho faz esse papel também. Ninguém está impedindo de procurá-lo diretamente. Mas se vocês quiserem ajuda do Conselho Municipal via Helena Magozo, façam isso por escrito, entrega para o Conselho, o Conselho através de sua Secretaria vai encaminhar para AMLURB, para o Secretário Dráusio Barreto para dar continuidade a essa discussão nossa. E se o Conselho Municipal e o Comitê de Mudanças Climáticas quiserem fazer outro encontro desses, um, dois, três, quatro, cinco, dez, cem, é só os conselheiros quiserem, eles podem, é regimental. Aprovem um novo encontro, dois, três, uma vez por mês, uma vez por semana. Então isso é um direito do conselheiro, tanto do Comitê de Mudanças Climáticas quanto do Conselho Municipal de Meio Ambiente, pedir que esse diálogo continue. O que não quer dizer que a Secretaria de Serviços não possa fazer ela própria também encontros, pode também fazer. É livre, é muito bom isso. A terceira questão é uma questão que virou pessoal para mim, essa história da compostagem doméstica, isso que a dona Elisabeth falou aqui, que o Cláudio, a Patrícia, tem um comitê criado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal tratando só disso. Então eu peço, por favor, que todos aqueles que se interessam pela questão de resíduos, ajude, participe de alguma forma desse comitê, da comissão de meio ambiente. Porque da outra vez que tiver uma plenária grande como essa, eu vou perguntar novamente quem está fazendo

compostagem em casa. E aí, eu espero que nós tenhamos um resultado menos vergonhoso do que de hoje. Então é isso. Eu quero, então, agradecer. Transmita ao Secretário Dráusio Barreto nossos respeitos, e muito obrigado. Encerrada essa questão. Se vocês quiserem conversar com eles, mas lá fora, por favor. Então vamos adiante, avançar nas outras duas questões. Eu pergunto se a Cristina Antunes, que pediu a palavra, ainda está presente. Por favor. O Segundo que pediu a palavra foi o Adalberto Maluf, não pelo CADES, mas pelo Comitê de Mudanças Climáticas. Você acha que é viável encaminhar a sua questão ainda, agora? O Adalberto também está se rendendo ao estomago. Ele está abrindo mão da questão dele. Eu peço que o Volf registre que o Adalberto abriu mão e quer que seja colocada a questão para a próxima reunião do Comitê. Então eu quero, com esses dois encaminhamentos, agradecer...

(fala sem microfone)

Secretário Eduardo Jorge: Você tem que falar no microfone, senão sua palavra não fica registrada.

Cons. Ângelo: Secretário, sou representante também do Conselho de Meio Ambiente de São Mateus, essa questão do que nós tratamos hoje, eles estão vendo se não há possibilidade de tratar isso em conjunto com cada núcleo, em vez de cada subprefeitura juntar em cada núcleo, aí cada núcleo estaria chamando a sua subprefeitura para estarmos conversando sobre este assunto.

Secretário Eduardo Jorge: Ângelo, você está querendo reformar a lei, mas veja cada subprefeitura tem seu Conselho de Desenvolvimento Sustentável funcionando, isso é a primeira coisa, e alguns não estão funcionando bem, você sabe disso, não é? Então a primeira coisa é colocar para funcionar o que a lei já dá de democracia participativa para gente. O que você quer que é o agrupamento pelos núcleos é plenamente viável, depende de conversar com os conselhos, se eles querem, e acertar com o núcleo, tratar com os núcleos.

Cons. Ângelo: Senhor Secretário, principalmente na questão de falta de tempo do pessoal da Secretaria de Serviços, se a gente juntar esse encontro por núcleo, então ao invés de três, quatro vezes naquela região, iria uma vez só e completaria as subprefeituras envolvidas.

Secretário Eduardo Jorge: Ângelo faça por escrito a proposta, para encaminharmos para eles e também para a coordenadora dos núcleos, a senhora Raquel, por favor. Registre, por favor.

Cons. Ângelo: Pois não, Secretário.

Secretário Eduardo Jorge: Eu vou passar a palavra para a Helena Magozo, para os encaminhamentos finais da reunião do Conselho.

Coordenadora Helena Magozo: Nós vamos dar por encerrada a reunião, mas, Ângelo, está sendo pensado o encontro dos CADES leste, núcleos leste, é uma oportunidade para esse agrupamento que você esta propondo. Eu queria agradecer a todos pela presença. Muito obrigada.

Representantes do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia presentes: Aruntho Savastano Neto – SES; Dirceu Rioji Yamazaki – Secretaria de Saneamento do Estado; Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho – SVMA; Elaine Vargas Marques – SGM; Florence Karine Lalöe – ICLEI; Hugo Duarte – SEMDET; Joo Hyun Há – SMRI; Leda Maria Aschermann - SVMA; Marco Antonio Mroz – Secretaria de Energia; Miguel Luiz Bucalem – SMDU e Volf Steinbaum - SVMA.

- Marcio Schettino – representando Sandra dos Santos Netto Grapella – SMT

- Paula Sayuri – representando George Hermann Rodolfo Tormin - SF

Participantes convidados: Angela Maria Branco – SVMA; Vereador Gilberto Natalini; Heliana L. Artigiani – SMDU; Laiz R. G. Landi – SMDU; Ilderson O. França – SMDU; Rita de Cassia Ogera – SVMA; Adalberto Maluf – C40; Célia Kawai – SVMA; Sonia Lourenço – SECOVI; Vera V. Allegro – SMS; Waldemar Carlos Kromex – Subprefeitura da Moóca; Indalécia Brndão – Subprefeitura do Jabaquara; Ana C. G. Xavier – Gab. Vereador Italo Cardoso e Darci Rocha Munin – SVMA.

Miguel Luiz Bucalem

Presidente do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia

Volf Steinbaum

Secretário-Executivo do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia